

CLIPPING



05/03/2020

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[A escola precisa mudar](#)

[A primeira no comando](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Após acordo com Bolsonaro, Congresso dá trégua até nova partilha de verbas](#)

Imprensa Estadual

A TRIBUNA RJ

[Novo modelo para bolsas de de mestrado e doutorado](#)

CORREIO DO POVO - RS

[UAB terá novos polos na Capital](#)

A CRÍTICA - AM

[Preparação para FMM](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Votação do novo Fundeb é adiada](#)

[Candidatos à direção têm curso](#)

[Ações esclarecem a população](#)

AGENDA DO ENSINO

J. DO COMMERCIO - PE

[Educação discutida com mais calma](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Fundeb, distorções à vista e a prazo](#)

O DIA - PI

[Especialização](#)

O ESTADO - MS

[Egressos publicam as suas pesquisas em artes cênicas e dança em obra conjunta](#)

O LIBERAL - PA

EM POUCAS LINHAS

Agências de notícias e sites

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Capes corta bolsas e cancela investimentos em pesquisa para 2020](#)

G1

[Pesquisador da UFSC desenvolve protótipo de embalagem para proteger maçãs contra bolor azul](#)

JORNAL INTEGRAÇÃO BRASIL

[Pesquisadores internacionais debatem estudos sobre barragens](#)

MIDIAMAX

[Capes corta bolsas e cancela investimentos em pesquisa para 2020](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Comissão do Fundeb cancela votação de relatório](#)

G1

[Pesquisadores dos EUA e da UFPE estudam impactos do zika na audição de adultos](#)

[MPF pede na Justiça que UFU altere número de vagas para deficientes no vestibular](#)

[Cientista da UFRGS é escolhida uma das mulheres mais poderosas em lista da Forbes Brasil](#)

[Salas de escola ficam alagadas e aulas são suspensas durante forte chuva em Teresina](#)

[Inscrições para concorrer a bolsas de pesquisa da Fapesc terminam nesta sexta-feira](#)

O DIA - RJ

[Democracia revertida](#)

PARANÁ PORTAL

[Inep convoca participantes do Enem 2019 a cadastrarem informações em novo site](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Capes cancela investimentos em novas pesquisas para 2020; entenda](#)

Agências de notícias e sites

FUNDACRED

[Sancionada lei que proporciona o acesso gratuito a curso superior para professores em POA](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Modelo inédito de concessão de bolsas de mestrado e doutorado inicia no próximo dia 6 Z1](#)

[Curso ead para professores é ofertado em parceria com a Capes](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Novo texto do Fundeb exige mais dinheiro novo no fundo, mas alivia impacto para União](#)

R7

[Comissão do Fundeb cancela votação de relatório](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

["Discutir redistribuição de bolsa é enxugar gelo"](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Por recomendação do MP, Codinorp exonera secretário e rediscute Futuro](#)

O DIA - PI

[Ufpi perdeu 78 bolsas com contingenciamento do MEC](#)

Agências de notícias e sites

AÇÃO POPULAR

[Escravidão ficou marcada no DNA dos povos americanos, diz estudo liderado por cientistas brasileiros](#)

FOLHA PA

[Escravidão ficou marcada no DNA dos povos americanos, diz estudo liderado por cientistas brasileiros](#)

G1

[Pesquisadores da UFRN desenvolvem lente de contato que libera medicamento no olho](#)
[Escolas da região de Patos devem adotar medidas para alunos com dificuldade de aprendizado](#)

[Pesquisadores de Sorocaba estudam eficácia de diferentes tipos de repelente](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Comissão do Fundeb cancela votação de relatório](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

A escola precisa mudar

MOZART NEVES RAMOS

Membro do Conselho Nacional de Educação e titular da Cátedra Sérgio Henrique

Como mudar a escola? Que escola precisamos oferecer para as crianças e os jovens destes novos tempos? São tempos exponenciais, de profundas discontinuidades tecnológicas que vêm influenciando nossa maneira de ser e de se colocar perante o mundo. São tempos que estão a exigir novas competências, que vão além daquelas

meramente cognitivas. Hoje não basta ser um estudante brilhante, mas um estudante com desenvolvimento pleno, conforme apregoa o Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), preparando para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

Em 2006, Barrington e colaboradores procuraram responder a duas perguntas: O que vai ser esperado dos jovens nos empregos do século 21? Estão eles realmente prontos para trabalhar? A partir desse trabalho, ficou muito claro que as competências que seriam mais exigidas dos jovens para este novo ambiente laboral seriam, entre outras, pensamento crítico, criatividade, inovação e trabalho em equipe. As tradicionais competências, vinculadas aos conhecimentos básicos, como dominar uma língua estrangeira, a matemática e as ciências, representam nos dias atuais apenas ponto de partida, e não mais de chegada. Ou seja, quem não tiver uma formação sólida com relação a estas últimas nem sequer entra no jogo!

Recordo-me que, quando obtive, em 1982, o título de doutor em química, isso representou, naquela época, para mim, um importante diferencial para que eu pudesse ingressar na Universidade Federal de Pernambuco como professor. Hoje, o doutorado é apenas ponto de partida. Para ter um diferencial, o candidato à carreira docente, numa boa universidade, precisa, por exemplo, ter publicações em periódicos científicos de relevância. E em breve, e estamos atrasados, será esperado desse candidato que ela tenha desenvolvido competências como aquelas encontradas por Barrington e colaboradores.

Nessa perspectiva é que foi construída a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com 10 competências gerais que precisam ser desenvolvidas pelos estudantes, entre elas, várias daquelas encontradas pelo Barrington e colaboradores em 2006. Notadamente, para que esses estudantes sejam capazes de desenvolver tais competências, é preciso oferecer uma educação integral, que combine de maneira intencional as competências cognitivas, híbridas e socioemocionais no currículo escolar. Precisamos de um novo professor para isso. Trata-se, portanto, de repensar a sala de aula, o processo ensino e aprendizagem, para que de fato a escola faça sentido para esse estudante. O jovem quer uma escola que caiba na vida.

Este ano a BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental encontra-se em processo de implementação em todas as escolas brasileiras. Se isso, por um lado, é alvissareiro, por outro, preocupa-me o fato de o professor não estar capacitado para colocar em prática as 10 competências gerais previstas na BNCC. Por isso, o Seminário Internacional Criatividade e Pensamento Crítico na Escola, promovido, no dia de hoje, pelo Instituto Ayrton Senna, é importante contribuição para esta nova escola. Uma das questões que o seminário pretende responder é como ir além do mero reconhecimento da importância dessas competências e passar a de fato incorporá-las no dia a dia da educação.

Outra boa notícia é que, em dezembro do ano passado, o Ministério da Educação (MEC) homologou a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que traz as novas diretrizes curriculares da formação inicial docente e a Base Nacional Comum da Formação, para alinhar a formação docente com as competências gerais da BNCC. Cabe agora ao próprio MEC instituir uma política, junto às instituições formadoras, para começar a implementá-la nos cursos de formação de professores. Estes novos tempos exigem um novo professor, uma nova escola!

topo

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

A primeira no comando

A terceira matéria da série Elas vão à luta traz o perfil de Márcia Abrahão, primeira mulher eleita reitora da Universidade de Brasília. Sob a gestão dela, estão mais de 6 mil funcionários e 46 mil estudantes em quatro câmpus

Da janela do prédio de concreto, Márcia Abrahão, 55 anos, conquistou o direito de trabalhar com uma das vistas mais bonitas de Brasília: a Universidade de Brasília (UnB), que se estende até o Lago Paranoá. O espaço que a acolheu desde a graduação, em geologia, é hoje escritório para a primeira mulher eleita reitora da instituição, em 2016. A agenda lotada de compromissos não a impede de apreciar o que se passa nos jardins. “Vejo os jovens estudando, namorando, passeando. É muito lindo.” Carioca, filha de militar, cresceu com o coração entre Rio e Brasília.

A vida na academia teve início em 1982. A escolha do curso veio por influência de uma professora. “Eu queria estudar engenharia química, mas não tinha em Brasília e meus pais não tinham condição de pagar um curso fora. Então ela me sugeriu ser geóloga e eu adorei”, declara. A formação a levou a ser aprovada em um concurso da Petrobras que a fez mudar-se para o Rio de Janeiro. Ela só deixou a empresa após se casar e decidir voltar a morar em Brasília.

Aqui, foi servidora do Banco Central, período em que deu início a um mestrado, seguido de doutorado, ambos pela UnB. Foi professora do Departamento de Geologia e pesquisadora pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Paralelamente, traçava o caminho da carreira administrativa. Atuou como coordenadora de Extensão, diretora do Instituto de Geociências, decana de Graduação e, finalmente, reitora.

A cinco meses da escolha de um novo nome, ela cogita uma reeleição. “Estamos avaliando. Ainda há muito o que fazer primeiro.” Nos últimos quatro anos, esteve à frente de uma das maiores universidades do país, onde estudam 46 mil alunos e trabalham cerca de 6 mil funcionários, entre técnicos-administrativos e professores. Na gestão, reforçou a presença delas em posição de liderança: dos oito decanos, cinco são mulheres. “É um desafio mostrar que sabemos gerir e fazemos isso bem. Ainda existe muito preconceito na universidade e na sociedade”, avalia.

Ela explica que buscou montar uma equipe diversificada, com nomes de câmpus diferentes, mas que a competência foi sempre o primeiro critério. “O comum sempre foram os homens em cargos de gestão, então quando uma mulher assume essa posição, isso acaba chamando a atenção.” O desafio de mostrar que é capaz nunca a intimidou. “A geologia sempre foi uma área predominantemente masculina. Hoje ainda é, imagine naquela época. Era sempre a história de que mulher não dirige em viagem de campo, não sobe o morro. Mas as pessoas acabavam respeitando ao ver a qualidade do trabalho.”

Família

O malabarismo de conciliar carreira, vida pessoal e família fez com que Márcia, por vezes, tomasse decisões difíceis. A primeira gravidez veio um ano após o casamento, quando ela já estava no mestrado. Preocupada com o efeito disso na pesquisa que desenvolvia, veio a angústia de informar ao orientador. “Ele sempre foi muito

cuidadoso, mas eu estava nervosa. Quando contei, ele me deu os parabéns e deu tudo certo.” Ao final do curso, uma segunda gestação.

Depois, deu início a um doutorado, com a oportunidade de um semestre na França. O pós-doutorado ocorreu no Canadá. Em ambas as situações, os filhos a acompanharam. “Isso foi muito importante para eles, porque abriu as perspectivas. Recentemente, minha filha passou dois anos no Canadá”, destaca. “Sempre foi complicado (conciliar o tempo). Meus filhos cresceram vendo a mãe trabalhando e viajando muito. Mas eu procuro, na medida do possível, estar sempre com eles.”

Igualdade de gênero

Apesar de comemorar as conquistas das mulheres em cargos de liderança, Márcia afirma que ainda há muito o que avançar. “O caminho é longo. Já fizemos uma grande caminhada, é preciso reconhecer. Mulheres lutaram para chegarmos aqui, para estudarmos em universidades, para votarmos, mas falta muito”, pondera. “É inconcebível termos a quantidade de feminicídio que temos. É inconcebível esse horror na capital do país. Do mesmo modo, é ver, em muitas profissões, mulheres que ainda ganham menos do que homens que exercem as mesmas funções.”

Em 2019, ela recebeu, do Senado Federal, o Diploma Bertha Lutz, um prêmio em reconhecimento às mulheres que atuam na emancipação feminina. Márcia se diz humanista e refuta o rótulo de esquerdista, atribuído a ela desde a primeira campanha à reitoria, em 2012. “Eu sou filha de militar e estudei na época em que a UnB vivia a ditadura. A minha concepção de mundo se formou dessa forma, com um pai rígido e em uma universidade que questionava o reitor”, detalha.

Mas ela admite ter mais afinidade com concepções de centro-esquerda. “Nunca fui filiada a partidos políticos, apesar de acharem o contrário. Sou a favor da universidade pública, das cotas e dos direitos humanos. Quem quiser, que me rotule, mas eu não farei isso.”

Elas vão à luta

Elas estão na educação, saúde, esporte, política. Não importa a área, as mulheres, há muito, deixaram para trás o estigma de cuidar do lar e dos filhos e assumiram lugar de destaque, servindo de inspiração para todos. Na série Elas vão à Luta, o Correio conta algumas dessas histórias no Distrito Federal.

Carreira

Veja o passo a passo da trajetória acadêmica de Márcia Abrahão

1986

Graduação em geologia pela Universidade de Brasília

1993

Mestrado pela UnB

1998

Doutorado na UnB, com período sanduíche na Université d’Orleans, na França

2003

Pós-doutorado pela Queen's University, no Canadá

Áreas de atuação

metalogenia, hidrotermalismo, inclusões fluidas, isótopos estáveis, petrologia e mineralogia.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

**Após acordo com Bolsonaro, Congresso dá trégua até nova partilha de verbas
Nas redes, base do presidente pressiona para que congressistas votem contra
capítulo final de acerto na semana que vem**

Brasília

Após um acordo com o governo, o Congresso manteve, nesta quarta-feira (4), vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Orçamento impositivo e deu uma trégua temporária na disputa pelo controle de verbas federais.

Divisão dos R\$ 30,1 bi planejados pelo relator

Agricultura

Ministério da Cidadania

Ministério da Infraestrutura

Ministério da Educação

Ministério da Saúde

Min. do Desenvolvimento

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/apos-acordo-com-bolsonaro-congresso-da-tregua-ate-nova-partilha-de-verbas.shtml>

topo ↕

A TRIBUNA RJ - GERAL

Novo modelo para bolsas de de mestrado e doutorado

Mais de 350 instituições de ensino superior públicas e privadas darão início, a partir de amanhã, ao modelo inédito de concessão de bolsas de pós-graduação — mestrado e doutorado. A iniciativa pretende implementar critérios técnicos para distribuir 84 mil bolsas com base no desempenho acadêmico e no desenvolvimento do município do curso. Os estudantes que já receberam o benefício não entram na nova regra.

A oferta das bolsas leva em consideração os 5,7 mil cursos que possuem notas de 3 a 7, na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esses cursos estão inseridos em três áreas: Humanidades, Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinares.

Dessa forma, o modelo revê, por exemplo, a distribuição de bolsas de estudos para

cursos que possuem a mesma nota, estão na mesma área de conhecimento e localização geográfica, mas contam com quantitativos de bolsas muito diferentes. Também entram nesse contexto cursos de excelência com número de bolsas inferior ao de cursos com nota mínima permitida.

Conheça os critérios que serão adotados no cálculo da concessão de bolsas:

- Por área: Agora, as bolsas serão distribuídas apenas para cursos dentro da mesma área de conhecimento, ou seja, uma bolsa de Filosofia não será redistribuída para um curso de Engenharia, por exemplo.

- Desempenho acadêmico: O modelo que entra em vigor, a partir de março deste ano, equilibra a distribuição de bolsas com o resultado da avaliação periódica da pós-graduação realizada pela **Capes**. Assim, quanto mais elevada for a nota obtida pelo curso, maior será o número de bolsas a que de terá direito, valorizando o desenvolvimento acadêmico.

- Impacto local: Para gerar impacto social e econômico nos municípios menos desenvolvidos, a concessão de bolsas de doutorado e de mestrado levará em conta o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, um curso localizado em cidade com o índice baixo terá peso duas vezes maior no cálculo do número de bolsas do que um curso semelhante ofertado em um município com índice muito alto.

- Número de formados: O número de estudantes titulados por curso será levado em consideração na concessão de bolsas. Para realizar essa classificação, a **Capes** irá comparar o número médio de titulados no período de 2015 a 2018 com a média de titulados do colégio (classificação utilizada pela **Capes** em suas atividades de avaliação da pós-graduação).

- Mais doutores: Com foco na meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE), de titular 25 mil doutores por ano até 2024, os cursos de doutorado receberão mais bolsas do que os de mestrado — meta já superada.

Na última terça-feira a **Capes** comunicou as instituições sobre o modelo, que foi amplamente discutido com o Fórum Nacional de Pro-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop). Ao longo do ano, a **Capes** vai monitorar o processo de implementação do modelo, que poderá ser aprimorado em conjunto com entidades de classe e comunidade acadêmica

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO **UAB terá novos polos na Capital**

Foi sancionada nesta semana (em 3/3), pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior, a lei 12.679, que autoriza a prefeitura a instalar polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Porto Alegre. A iniciativa permitirá formação gratuita no Ensino Superior a 2,5 mil professores da rede comunitária de Educação Infantil, em cinco anos. E resulta de parceria entre a Universidade Federal do RS (Ufrgs) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC)**.

Os dois polos da UAB a serem criados na Capital já receberam a visita técnica

da **Capes**, e ambos funcionarão em escolas municipais que oferecem Ensino Médio orientado ao Magistério: a Liberato Salzano Vieira da Cunha, no Sarandi; e a Emílio Meyer, na Medianeira. Os cursos de licenciatura, formação inicial e continuada, serão oferecidos, prioritariamente, a professores de Educação Básica, dirigentes e gestores. Além do espaço nas escolas, a Secretaria Municipal de Educação disponibilizará logística, recursos humanos e financeiros.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Preparação para FMM

Vagas estão abertas para curso que ajuda a ingressar na fundação

A Fundação Matias Machline está com as inscrições abertas para o Preparar FMM 2020, curso preparatório gratuito oferecido a alunos que desejam se capacitar para o processo seletivo da instituição, um dos mais disputados no Amazonas. As inscrições encerram nesta sexta-feira (6) e devem ser realizadas no site: www.fundacaomatiasmachline.org.br.

Este ano são ofertadas 2 mil vagas distribuídas na sede da FMM e em nove escolas da rede pública de diversas zonas de Manaus. Para participar, o estudante deve ter menos de 17 anos e estar cursando o 9º ano do ensino fundamental em 2020. A lista de escolas com vagas ofertadas está disponível no site.

Os documentos necessários para a inscrição são: declaração do 9º ano do Ensino Fundamental (em formato de PDF) e histórico escolar do 8º ano do Ensino Fundamental (em PDF). A lista de classificados para o Preparar FMM 2020 será divulgada a partir da próxima segunda-feira (9). As aulas têm início marcado para o dia 14 deste mês também.

PROCESSO

As aulas do curso são ministradas por professores tutores, aos sábados, com base em videoaulas gravadas com professores mestres da própria Fundação Matias Machline (FMM). O conteúdo programado para o processo seletivo foca nas disciplinas de língua portuguesa, matemática e ciências naturais.

Em 2019, 80% dos aprovados para estudar na FMM foram alunos do Preparar. As vagas foram ampliadas para atender estudantes que não têm condições de custear um curso preparatório particular, em diversas regiões da capital. No último ano, o projeto beneficiou 1.050 jovens.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Votação do novo Fundeb é adiada

Proposta da Professora Dorinha torna o Fundo permanente e amplia o repasse da União

Foi adiada a votação do relatório apresentado pela deputada federal Professora Dorinha Rezende, que trata sobre a formatação de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a PEC 15/2015. O motivo foi o cancelamento da reunião da Comissão Especial da Câmara, que tinha sido marcada ontem.

O presidente do colegiado, deputado federal João Bacelar Batista, disse que o cancelamento da votação se deu por questões regimentais. A análise do relatório havia sido suspensa por um pedido de vista coletivo, em 18/2. E é necessário um intervalo de

duas sessões ordinárias da Câmara para a retomada da discussão. A sessão da Câmara prevista para 3/3, quando os vetos ao orçamento impositivo concentraram tempo e atenção do Congresso, acabou não ocorrendo. Assim, a expectativa é de que uma nova reunião seja convocada para a próxima terça (10/3).

O governo federal discorda da minuta da relatora do projeto, que tramita em Comissão Especial. Em um texto substitutivo à proposta original, a Professora Dorinha defende a proposição de tornar o Fundeb permanente; e sugere maior participação do governo federal no financiamento da Educação Básica brasileira, começando em 15% e acrescentando um ponto percentual por ano, até atingir o índice de 20%, num aumento escalonado, até 2026. Desse modo, elevaria o percentual de contribuição da União no Fundo, dos atuais 10% para 20%. Mas o ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer que o percentual dos recursos que a União repassa a estados e municípios aumente, dos 10% para 15%.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Candidatos à direção têm curso

O curso de gestão, para candidatos à direção e vice-direção das escolas municipais de Porto Alegre, começou na segunda-feira (2/3), no auditório da Secretaria Municipal de Educação (Smed). Duas turmas iniciaram o processo, com 60 alunos cada. Segundo a Secretaria, o objetivo da capacitação é "ampliar o olhar do candidato a gestor, compartilhando ferramentas que contribuam para a administração das escolas, com foco na aprendizagem do estudante". A aprovação no curso é um dos requisitos para a candidatura aos cargos de diretor e vice-diretor das escolas municipais, conforme a lei 12.659, sancionada em janeiro/20 pelo prefeito Nelson Marchezan Júnior.

No curso, a diretora pedagógica da Smed, Maria Cláudia Bombassaro Callegari, apresentou a proposta da capacitação e exibiu o mapa, com a distribuição, por região, das 43 Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), 56 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emefs), 207 Escolas Comunitárias de Educação Infantil (Eceis) e três Escolas Comunitárias de Educação Básica (Ecebs).

O curso possui oito módulos e, ao total, ocorrerão 40 horas de aula (32h presenciais; e 8h, a distância). Um plano de gestão deve ser entregue pelos participantes. Os critérios de avaliação são: 100% de presença nos encontros, e a entrega do plano de gestão desenvolvido.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Ações esclarecem a população

As secretarias estaduais da Saúde e da Educação divulgaram ontem nota informativa conjunta às escolas públicas e privadas, com medidas de prevenção ao coronavírus. O material apresenta orientações, principalmente sobre a higiene das mãos e a etiqueta respiratória. Detalhes: bit.ly/3atvt6g.

Segunda-feira (9/3), o tema será abordado em aula aberta da Escola de Enfermagem da Ufrgs (rua São Manoel, 963), na Capital, às 15h30min. E na Universidade de Caxias, às 19h, no UCS Teatro. Atividades gratuitas e abertas à comunidade.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO AGENDA DO ENSINO

- **Fabico:** A Ufrgs comunicou ontem o falecimento do professor Ricardo Schneiders da Silva, ex-diretor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) nos mandatos 1996-2000; e 2008-2012; e Secretário de Comunicação, de 2012 a 2016.
- **Estácio:** A Faculdade realizará vestibular nos dias 6 e 7/3, com provas na Unidade Porto Alegre (rua Marechal Floriano Peixoto, 626), em quatro horários: 10h, 12h, 14h e 16h. Inscrições gratuitas em: por-tal.estacio.br/megavestibular.
- **UPF:** Às 18h de sábado (7/3), no Campus II, a Cerimônia do Jaleco abrirá as comemorações do curso na Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo. Os médicos formados em 1975, da 1ª turma de Medicina da UPF, entregarão o jaleco aos ingressantes.
- **Feevale:** A Universidade, em NH, lançou a especialização em Moda e Inovação para Indústrias Calçadistas e de Artefatos. Aulas às sextas-feiras e sábados. Dados: www.feevale.br/lato.
- **CIEE-RS:** O programa de inclusão digital Cidadania e Talento.com, do Centro de Integração Empresa Escola do RS, oferece oficinas gratuitas no Centro de Convivência e Capa-citação do CIEE na Glória (rua Raul Pompéia 139/POA). Vagas para jovens a partir de 14 anos e nos anos finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio em escola pública estadual. As oficinas, de 2 meses, abordarão temas juvenis e voltados à cidadania. Início dia 10/3, à tarde. Inscrição: (51) 3363-1084.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - PINGA FOGO Educação discutida com mais calma

Paulo Câmara (PSB) atendeu uma solicitação da líder do DEM na Alepe, Priscila Krause. O governador retirou a urgência do PL que institui o Marco Regulatório da Educação Básica em PE. Priscila reclamava de "pressa em assunto importante".

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ECONOMIA Fundeb, distorções à vista e a prazo

Economista, pesquisador associado ao Insper, é autor de "Por que é difícil fazer reformas econômicas no Brasil?" e colunista da Folha de S.Paulo

O relatório da PEC de renovação do fundo da educação básica (Fundeb) propõe aumento de despesa sem se preocupar com a qualidade do ensino.

Projetei o efeito das novas regras em um típico município pobre do Nordeste, com população entre 10 mil e 12 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano baixo. Esse é o padrão da cidade que já recebe complementação da União, cujo valor será ampliado pela PEC.

O aumento abrupto dessa complementação, de 10% para 15% do total do fundo, levará a um salto de 24% na receita disponível para gastar em educação, já no primeiro ano de

vigência. Não será trivial alocar tanto dinheiro com qualidade, visto que, por lei, ele precisará ser gasto dentro do ano. Seria prudente elevação mais gradual.

Em seis anos a complementação chegará a 20%. Combinada com a exigência de que 70% dos recursos sejam usados na remuneração dos profissionais da educação, o prefeito será obrigado a contratar ou a aumentar salários.

Se contratar, o município se arriscará a ficar com excesso de servidores indemissíveis, em um contexto em que o número de alunos cai 1,4% ao ano (média de 2002 a 2019). Se aumentar salários, estes crescerão 83% acima da inflação em uma década.

O típico município pobre e pequeno do Nordeste tem renda média do trabalho pouco acima de 1 salário mínimo. Os professores já recebem 2,8 vezes mais que o salário mínimo. Em uma década, a remuneração média passará de 5 salários mínimos.

A canalização dos recursos do fundo para aumentos salariais foi importante nos anos 1990, quando não era raro que um professor de uma cidade pobre recebesse menos de um salário mínimo, à época bem menor que o atual. Porém, três décadas de aplicação da regra superaram essa realidade. É hora de dar maior liberdade para a alocação dos recursos.

A atual remuneração do professor pode não ser atraente em uma cidade grande do Sudeste, mas o é em uma cidade pobre do Nordeste. Não é a legislação federal que induzirá melhorias salariais nas cidades mais ricas, e sim as decisões autônomas dos gestores locais. Impossível usar a mesma régua para realidades tão díspares.

O que o governo federal deve fazer é premiar os bons resultados nos exames do Ideb, com peso maior para quem está mais atrasado. Isso mobilizará os gestores, em cidades ricas e pobres, a experimentar e inovar. Boas experiências serão copiadas, e todos avançarão. Essa é a beleza do federalismo.

O texto da PEC reserva poucos recursos para premiar a qualidade. Pior: dá espaço para que a aferição de resultados seja substituída por exigências burocráticas relativas a atividades-meio, como a regra para escolha de diretor de escola.

A expansão da folha de ativos, combinada com regras benevolentes para aposentadoria de professores, fará a despesa com inativos duplicar até 2033 e ser sete vezes maior em 2050. Mas a PEC proíbe o Fundeb de pagar a inativos. Outras políticas terão de ser cortadas. A despesa total de pessoal vai crescer: em três anos, o município terá de escolher se respeita o Fundeb ou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, ainda não se respondeu de onde virá o financiamento para o aumento das despesas. Aponta-se para as rendas do petróleo. Mas elas induzirão mais ineficiência. Quando o preço do petróleo subir, haverá mais dinheiro na educação, levando a aumentos salariais e contratações. Quando o preço cair, não se poderá reduzir salários ou demitir. O Rio já mostrou como essa história acaba.

Melhorar a educação é essencial para o país crescer. Tentar fazê-lo com incentivos incorretos e insustentabilidade fiscal não nos levará longe.

[topo](#)

O DIA - PI - RODA VIVA

Especialização

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi), por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROP), lançou edital para os cursos do seu programa de Pós-Graduação Lato Sensu. Serão 235 vagas nas especializações nas áreas de Educação, Direitos Humanos, Segurança Pública, Educação Especial, Direito Constitucional, Língua Brasileira de Sinais e Informática. As inscrições serão realizadas entre os dias 9 e 17 de março.

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu são destinados a candidatos diplomados em Cursos de Graduação ou demais Cursos Superiores e que atendam às exigências no Edital. As especializações serão ofertadas nos campus de Teresina (Educação, Direitos Humanos e Segurança Pública, Esp. em Educação Especial, Esp. em Direito Constitucional) e Floriano (Língua Brasileira de Sinais e Esp. em Informática na Educação).

topo ↕

O ESTADO - MS - ARTE & LAZER

Egressos publicam as suas pesquisas em artes cênicas e dança em obra conjunta Turma 2014-2017 da Uems lança compilado com 16 artigos acadêmicos

"Caminhos da Pesquisa em Artes Cênicas e Dança: entre a Universidade, a Sala de Aula e o Palco" compila os resultados das pesquisas dos egressos em Artes Cênicas e Dança da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems), com lançamento marcado para o sábado (7), com entrada franca, no Museu de Arte Contemporânea (Marco), às 19h30.

Responsável pela organização do livro, o professor em educação básica no Estado — e um dos egressos de 2017 do curso — Vanderlei Bittencourt aponta que: "Na minha visão, o lançamento, primeiro representa a realização de um desejo da turma de artes cênicas, dos egressos 2017, de verem publicados os textos resultados de suas pesquisas da graduação, com alguns textos de relatos de experiências pelas quais nós passamos durante a realização do estágio".

"Por conseguinte, esse sonho vem acompanhado de um desejo ainda maior, o desejo da continuidade dessas pesquisas de forma prática dentro da sala de aula, por cada um de nós a partir do tema de cada um. E o livro vai significar o compartilhamento dessas experiências resultados das pesquisas. Representa a possibilidade de que isso seja também utilizado por outros professores, no sentido de auxiliarem em suas práticas docentes no ensino de arte na escola", completa Vanderlei.

Sobre a utilização do material, o professor ressalta dizendo: "Não que sejam pesquisas que apresentem as respostas para todos os problemas que propuseram pesquisar, mas indicam caminhos bastante interessantes, que os outros professores — ao lerem os textos — de repente podem encontrar solução para um problema dentro de sala de aula".

"Os textos, na grande maioria, vão abordar sobre a questão do ensino de arte. Tem aqueles que vão falar sobre a cultura, de uma maneira geral, também sobre a prática artística em si", pontua Vanderlei Bittencourt.

Trazendo a disseminação dos estudos de investigações de TCC e Estágio Supervisionado dos Artistas-Docentes-Pesquisadores, essa obra é composta a partir da organização de 16 artigos científicos que foram produzidos em decorrência das

inquietações pessoais de cada um dos autores em relação às suas experiências vivenciadas perpassadas por espaços escolares de educação básica, espaços não formais de educação, grupos de dança e/ou teatro durante a graduação 2014-2017.

“Ao criar o livro, sobre essas manifestações, o ensino de arte na sala de aula; sobre a prática artística, ou sobre a política cultural de Mato Grosso do Sul, o nosso sentimento é de mais um dever cumprido. Porque acho que quem estuda em uma universidade pública tem, praticamente, o dever de compartilhar o conhecimento que adquiriu durante a graduação. No-ramalmente o texto do TCC ou relato de experiência de estágio é quase uma espécie de síntese de tudo aquilo que o aluno vivenciou ou, pelo menos, de boa parte”, comenta Vanderlei.

Do sentimento em torno da obra, diz: A sensação é de dever cumprido, de compartilhar esse conhecimento, já que essa resultante de pesquisa é o que está mais preparado para ser compartilhado. É a devolução para a sociedade do que a gente aprendeu em uma universidade pública”.

“Fica externado o nosso convite a todas as pessoas que quiserem comparecer esse sábado, a partir das 19h30, para o lançamento do livro em si. Deixar registrado nossos agradecimentos, porque esse livro só foi possível graças ao financiamento do governo do município de Campo Grande. Fizemos um projeto, concorremos ao edital do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC), em 2018, quando fomos selecionados como projeto para que o livro fosse lançado. Isso só foi possível graças a esse trabalho, via Sector, por meio do fundo.” Finalizando diz: É o resultado prático de uma política pública de cultura na Capital. À Uems, onde adquirimos os conhecimentos; nossos professores e orientadores, que são coautores conosco. E ao Marco, que nos ajuda em questão de espaço para o lançamento”. (Com assessoria)

SERVIÇO: O lançamento ocorre dia 7 de março, às 19h30, com entrada franca, e o livro poderá ser adquirido no evento pelo custo de R\$ 22,00 ou pelo site "lifeeditora.com.br/loja". O Marco fica na Rua Antônio Maria Coelho, 6.000. Informações 3326-7449.

topo ↕

O LIBERAL - PA - REPÓRTER 70 EM POUCAS LINHAS

- A Secretaria de Estado de Educação precisa mobilizar, até o dia 20 deste mês, mais de dez mil escolas para a conclusão do Censo Escolar que irá produzir o panorama da educação básica no Pará.

- A mobilização envolve escolas das redes pública e privada.A pesquisa é promovida pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, o Inep. Até agora, do total, apenas 41% das escolas concluíram o processo.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS Capes corta bolsas e cancela investimentos em pesquisa para 2020

Na última segunda-feira (2), a **Capes** anunciou o corte de mais 5.613 bolsas de mestrado e doutorado. O anúncio é o terceiro de retirada de bolsas para pesquisadores e cientistas desde 2019. Isso significa, na prática, que nenhum novo pesquisador no país,

em qualquer área de atuação de instituições com avaliação 4 ou inferior, será financiado em 2020, e apenas as bolsas já existentes continuarão sendo pagas.

No ano passado, 11.811 bolsas de pesquisa financiadas pela **Capes** foram extinguidas, o que equivale a 12% de todas as bolsas de mestrado e doutorado que tinham sido aprovadas para financiamento no início do mesmo ano.

Desta vez, a decisão do governo não atinge nenhuma pesquisa em andamento. Ela impede o surgimento de novas pesquisas por pesquisadores já contemplados e em instituições com avaliação 4 ou inferior. Todas as bolsas canceladas são referentes a pesquisadores que concluíram seus estudos e esse dinheiro, que já estava previsto para financiar novos estudos, será agora “guardado” pela **Capes** como forma de “contenção de gastos”.

Segundo a **Capes**, o cancelamento dessas bolsas significará uma economia de R\$ 37,8 milhões, e o órgão espera que, neste ano, o valor em caixa para investimentos caia pela metade, saindo dos R\$ 4,25 bilhões que foram previstos em 2019 para R\$ 2,20 bilhões este ano. O cancelamento dessas bolsas também é uma quebra de um acordo que a **Capes** havia firmado com a Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) em novembro de 2019, que confirmava a intenção do órgão estatal em aumentar o investimento na pós-graduação em R\$ 200 milhões e oferecer 1.800 novas bolsas para pesquisadores.

Enquanto o presidente do **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, acredita que as medidas tomadas pelo órgão (entre elas, recorrer ao setor industrial para pagar bolsas de pesquisa) podem melhorar a situação dos cientistas do país, a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Flávia Calé, afirma que o cenário que se forma é o de um colapso total na pós-graduação stricto sensu. Segundo ela, cortar o orçamento pela metade é inviabilizar o trabalho da pós-graduação, contribuindo para o sucateamento das universidades e propondo a morte da pesquisa brasileira por inanição (no médio prazo).

Calé ainda explica que a maioria dos programas de pesquisa já fez seleção para escolher os novos pesquisadores que assumiriam as bolsas daqueles que completaram seus projetos, e o resultado do cancelamento é que muitos desses pesquisadores simplesmente optem por abandonar suas pesquisas. É preciso lembrar que essas bolsas são, na verdade, salários pagos para que esses pesquisadores se dediquem à pesquisa de maneira integral, e proíbe que eles tenham qualquer outro tipo de emprego, formal ou não, para que recebam esse dinheiro. Assim, com o cancelamento, o pesquisador que não possui uma família que possa bancá-lo durante todo o período da pesquisa provavelmente será obrigado a abandonar a carreira acadêmica e entrar no mercado de trabalho para se manter.

Recentemente, os cientistas brasileiros receberam diversos elogios internacionalmente por conseguirem mapear o genoma do coronavírus contraído por brasileiros em apenas 48h — um recorde neste tipo de atividade. Mas, com esses cortes no setor de pesquisas, a tendência é que este tipo de marco da ciência brasileira se torne cada vez mais raro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisador da UFSC desenvolve protótipo de embalagem para proteger maçãs contra bolor azul

Fungo é um dos fatores que podem provocar o apodrecimento após a colheita. Santa Catarina é o maior produtor nacional do fruto.

Um pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) criou um protótipo de embalagem com óleos essenciais que pode ajudar a controlar a contaminação de maçãs durante armazenagem e comercialização pelo bolor azul. A doença é provocada pelo fungo *Penicillium expansum*, que apodrece a fruta após a colheita. O estado é o maior produtor nacional da fruta.

As perdas de maçãs por apodrecimento durante o transporte e a exposição nos mercados e domicílios dos consumidores podem chegar a 20%. As doenças bolor azul e podridão-olho-de-boi são duas das principais causas. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) atualmente aplica diferentes estratégias para diminuir o problema.

A pesquisa da embalagem, que recebeu menção honrosa no Prêmio **Capex** de Tese de 2019, é do engenheiro agrônomo Argus Cezar da Rocha Neto, 33 anos, e foi feita durante o doutorado dele em biotecnologia e biociências pela UFSC. O protótipo demorou três anos para ser desenvolvido.

Atualmente professor no Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), Rocha Neto disse ao G1 que pesquisa maçãs desde que começou a iniciação científica e que o protótipo foi criado considerando investigação anterior feita por ele sobre a necessidade de novas tecnologias associadas à manutenção do fruto após a colheita.

"[Isso] Principalmente por causa da insuficiência de armazenamento a frio ou em atmosfera controlada existentes no estado. Resolvi prototipar algo que envolvesse todos esses aspectos. Ou seja, utilizar óleos essenciais, princípios ativos naturais, para controlar o bolor azul em frutos de maçã e, assim, expandir o tempo de prateleira delas sem a necessidade de câmaras frias ou de atmosfera controlada", declarou.

Na atmosfera controlada, são monitoradas em câmaras de armazenamento as concentrações de oxigênio e gás carbônico. Já os óleos essenciais são compostos extraídos das plantas, podendo ser usados de diferentes formas contra diversos tipos de fungos.

A pesquisa começou e foi finalizada na UFSC, mas uma parte do trabalho foi desenvolvida na Michigan State University, nos Estados Unidos. O trabalho indicou que os óleos de palmarosa, árvore-chá e anis-estrelado apresentaram os melhores resultados contra a doença.

"Eles atuam diretamente na membrana plasmática do fungo que provoca o bolor azul, causando a quebra da mesma e, assim, causando o extravasamento do conteúdo intracelular para o meio extracelular. Assim, o fungo acaba morrendo", explicou o doutor.

Questionado se chegou a ser procurado por alguma empresa ou instituição interessada na descoberta, ele disse que houve conversas nesse sentido, "mas não com empresas em Santa Catarina, apesar do alto volume de maçãs", e frisou que ainda é preciso continuar

pesquisando.

"Ao final do projeto, o que fiz foi um protótipo, e não um produto acabado. Nesse sentido, novas investigações precisam ser realizadas para afinar a pesquisa e, desta forma, concluir um produto de fato", explicou.

Produção em SC e cuidados pós-colheita

Santa Catarina é responsável por 53% do total de maçãs produzidas no Brasil, com 2.992 produtores, e um dos desafios neste ano é aumentar as vendas para o exterior. A colheita da fruta no estado, iniciada neste mês, deve ser menor que a do ano passado. As principais espécies estaduais são a gala e a fuji.

Um estudo conduzido por Luiz Argenta, doutor em fisiologia vegetal e pesquisador da Epagri, com demais pesquisadores apontou uma média de perda de 20% da produção depois da colheita, ou seja, nos períodos de armazenamento e de prateleira. O levantamento foi feito entre 2007 e 2010, com as espécies fuji e gala.

Ao G1, Argenta disse que a Epagri usa diferentes métodos desde a década de 1990 para baixar as perdas sem uso de agroquímicos. Entre eles, estão técnicas para retardar o envelhecimento da maçã; melhorias no armazenamento; colheita no estágio de maturação apropriado; e, a longo prazo, pesquisar variedades mais resistentes.

Entretanto, o pesquisador pondera que, apesar do avanço das tecnologias de refrigeração e atmosfera controlada, com concentrações reduzidas de oxigênio e elevado gás carbônico, elas não têm sido suficientes.

"As perdas por podridões continuam altas porque a produção de maçãs aumentou bastante nos últimos 30 anos. Por isso, mais maçãs têm sido armazenadas por períodos mais prolongados. Quanto maior o tempo de armazenagem, maior o risco de perdas da produção por podridões", explicou.

No Brasil, diferentemente de outros países produtores dessa fruta, não há atualmente nenhum fungicida registrado e usado comercialmente, informou Argenta. E que a Epagri vê com bons olhos iniciativas que tenham como objetivo diminuir os prejuízos sem o uso de fungicidas. "Isso por dois motivos: porque as perdas são grandes e porque buscamos técnicas seguras do ponto de vista alimentar, sem impactos na saúde", explicou.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo ↕

JORNAL INTEGRAÇÃO BRASIL - NOTÍCIAS

Pesquisadores internacionais debatem estudos sobre barragens

Os resultados de pesquisas em modelagens de barragens de água e a sua aplicabilidade foram apresentados no evento MuDak – WRM (Multidisciplinary Data Acquisition as Key for a Globally Applicable Water Resource Management), na terça-feira (3), no auditório do Tarumã da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), em Curitiba. Participaram técnicos de diversas instituições internacionais.

O evento foi aberto pelo coordenador do projeto Stephan Fuchs, do Instituto de Tecnologia de Karlsruhe (KIT), pelo reitor da Universidade Federal do Paraná, Ricardo Fonseca, pelo diretor de Meio Ambiente da Sanepar, Julio Gonchorosky, pelo secretário-executivo da Presidência da Sanepar, Mario Zigovski, e pelo gerente da área de pesquisas da empresa, Gustavo Rafael Collere Possetti.

Desenvolvida por um período de dois anos, a pesquisa utilizou dois reservatórios de água como base: o Passaúna, localizado em Curitiba, e o Grosse Dhünntalsperre, na Alemanha.

O pesquisador Mauricio Bergamini Scheer, um dos coordenadores do projeto pela Sanepar, explicou que foram estudados vários temas para criar novas ferramentas e métodos para uma melhor gestão dos recursos hídricos. A pesquisa agora sai da etapa de estudos e passa para uma nova etapa, de aplicabilidade, a partir de um modelo mais eficiente na gestão das barragens.

O reitor da UFPR disse que quer manter esta parceria com a Sanepar e as demais instituições, lembrando que é este o papel da universidade, o de trabalhar em prol da comunidade. “Os resultados desta pesquisa são um orgulho para a universidade”, disse. A opinião dele foi compartilhada por Possetti, que afirmou que a parceria entre a academia e a indústria é fundamental para avançar com as melhores práticas a serviço da sociedade.

A pesquisa teve um custo aproximado de R\$ 3 milhões e foi desenvolvida por cerca de 40 pesquisadores de diversas instituições, como o KIT, UFPR, Fona Research for Sustainable Development, Capes, Emater, Águas do Paraná, Universidade Positivo, Fundação Araucária, Hydron (Umwelt und Wasserwirtschaft), Universität Koblenz-Landau, Eftas, 52 North Exploring Horizons, Wupperverband e Trios Optical Sensors.

[topo](#)

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Capex corta bolsas e cancela investimentos em pesquisa para 2020

Na última segunda-feira (2), a **Capex** anunciou o corte de mais 5.613 bolsas de mestrado e doutorado. O anúncio é o terceiro de retirada de bolsas para pesquisadores e cientistas desde 2019. Isso significa, na prática, que nenhum novo pesquisador no país, em qualquer área de atuação de instituições com avaliação 4 ou inferior, será financiado em 2020, e apenas as bolsas já existentes continuarão sendo pagas.

No ano passado, 11.811 bolsas de pesquisa financiadas pela **Capex** foram extinguidas, o que equivale a 12% de todas as bolsas de mestrado e doutorado que tinham sido aprovadas para financiamento no início do mesmo ano.

Desta vez, a decisão do governo não atinge nenhuma pesquisa em andamento. Ela impede o surgimento de novas pesquisas por pesquisadores já contemplados e em instituições com avaliação 4 ou inferior. Todas as bolsas canceladas são referentes a pesquisadores que concluíram seus estudos e esse dinheiro, que já estava previsto para financiar novos estudos, será agora “guardado” pela **Capex** como forma de “contenção de gastos”.

Segundo a **Capex**, o cancelamento dessas bolsas significará uma economia de R\$ 37,8

milhões, e o órgão espera que, neste ano, o valor em caixa para investimentos caia pela metade, saindo dos R\$ 4,25 bilhões que foram previstos em 2019 para R\$ 2,20 bilhões este ano. O cancelamento dessas bolsas também é uma quebra de um acordo que a **Capes** havia firmado com a Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) em novembro de 2019, que confirmava a intenção do órgão estatal em aumentar o investimento na pós-graduação em R\$ 200 milhões e oferecer 1.800 novas bolsas para pesquisadores.

Enquanto o presidente do **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, acredita que as medidas tomadas pelo órgão (entre elas, recorrer ao setor industrial para pagar bolsas de pesquisa) podem melhorar a situação dos cientistas do país, a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Flávia Calé, afirma que o cenário que se forma é o de um colapso total na pós-graduação stricto sensu. Segundo ela, cortar o orçamento pela metade é inviabilizar o trabalho da pós-graduação, contribuindo para o sucateamento das universidades e propondo a morte da pesquisa brasileira por inanição (no médio prazo).

Calé ainda explica que a maioria dos programas de pesquisa já fez seleção para escolher os novos pesquisadores que assumiriam as bolsas daqueles que completaram seus projetos, e o resultado do cancelamento é que muitos desses pesquisadores simplesmente optem por abandonar suas pesquisas. É preciso lembrar que essas bolsas são, na verdade, salários pagos para que esses pesquisadores se dediquem à pesquisa de maneira integral, e proíbe que eles tenham qualquer outro tipo de emprego, formal ou não, para que recebam esse dinheiro. Assim, com o cancelamento, o pesquisador que não possui uma família que possa bancá-lo durante todo o período da pesquisa provavelmente será obrigado a abandonar a carreira acadêmica e entrar no mercado de trabalho para se manter.

Recentemente, os cientistas brasileiros receberam diversos elogios internacionalmente por conseguirem mapear o genoma do coronavírus contraído por brasileiros em apenas 48h — um recorde neste tipo de atividade. Mas, com esses cortes no setor de pesquisas, a tendência é que este tipo de marco da ciência brasileira se torne cada vez mais raro.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb cancela votação de relatório

A reunião da comissão especial que discute a formatação de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), marcada para a manhã desta quarta-feira, 4, foi cancelada.

Com isso, foi adiada a votação do relatório apresentado pela deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO). O parecer propõe tornar o Fundeb permanente e ampliar de 10% para 20% a participação da União no Fundo. O aumento seria escalonado, até 2026.

O presidente do colegiado, deputado Bacelar (Podemos-BA), afirmou que o cancelamento da votação se deu por questões meramente regimentais. A análise do relatório havia sido suspensa por um pedido de vista coletivo, em 18 de fevereiro. É necessário um intervalo de duas sessões ordinárias da Câmara para a retomada da discussão, explicou o deputado.

A sessão da Câmara prevista para terça-feira, 3, quando os vetos ao orçamento impositivo concentraram o tempo e a atenção do Congresso, acabou não ocorrendo. A expectativa é de que uma nova reunião seja convocada para a próxima terça, dia 10.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadores dos EUA e da UFPE estudam impactos do zika na audição de adultos

Pesquisa, feita por representantes do Hospital das Clínicas e da Dartmouth College, é considerada inédita em todo o mundo pelos estudiosos.

Pesquisadores do Hospital das Clínicas (HC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e da Dartmouth College, nos Estados Unidos (EUA), estão participando de um estudo sobre os impactos do zika na audição de adultos. O trabalho é inédito no mundo, segundo os profissionais envolvidos no trabalho (veja vídeo acima).

Até quinta-feira (5), os cientistas norte-americanos Abby Fellows e Jay Buckey participarão de atividades no HC, na Zona oeste do Recife.

Eles chegaram ao Recife na terça (3) e vão definir, em parceria com os pesquisadores da UFPE, os métodos de coleta de dados e treinar as equipes ligadas ao projeto, que deve ser finalizado em dois anos.

O trabalho prevê testes de audição periférica e central em 150 vítimas do vírus e o comparativo com pessoas da mesma faixa etária e sexo, sem infecção prévia.

A suspeita é de que os pacientes que contraíram zika terão pior desempenho nos testes auditivos centrais. Caso seja confirmada essa hipótese, o estudo poderá, segundo os pesquisadores, revelar uma "nova manifestação neurológica persistente, que não era reconhecida anteriormente na área da saúde".

Nesta quarta (4), a secretária Auristela Sena passou pelo teste de audição e confirmou uma coisa que ela já estava desconfiando desde que pegou zika, em 2016.

"Eu tive muita dor e febre. Dois anos depois, comecei a sentir que estava abafado. Agora, sei que está complicado Estou ouvindo muito longe", afirmou.

Evidências

De acordo com a UFPE, o estudo parte de evidências científicas, que os impactos da zika no sistema nervoso. Nas crianças, dizem os cientistas, foi comprovada a ocorrência, por exemplo, de microcefalia.

Nos adultos, apontam essas evidências, há conhecimento que as infecções por zika estão associadas a déficits do nervo craniano, Síndrome de Guillain-Barré e meningoencefalite.

Além disso, os pesquisadores apontam que as tarefas auditivas, como interpretação da fala ou detecção de ruídos, são desenvolvidas por áreas do sistema nervoso. Diante disso, o estudo investigará se existe dano auditivo em pessoas adultas que tiveram zika.

De acordo com os pesquisadores, o dano auditivo tem sido relatado apenas de forma "assistemática", com alguns relatos de caso de surdez súbita após infecção. Não há na literatura, de acordo com eles, estudo que avalie e caracterize as manifestações auditivas pelo zika.

Uma das coordenadoras do projeto, a otorrinolaringologista do HC e professora do Departamento de Cirurgia da UFPE Mariana Leal afirma que a ideia é estudar os impactos não só na audição, mas na forma como a pessoa compreende a fala.

"Vamos poder esclarecer muitas coisas, que, muitas vezes, não são visíveis. Assim, será mais eficiente a condução da reabilitação do paciente", afirmou.

Equipamentos usado no projeto que estuda o impacto da zika na audição de adultos vai ajudar os cientistas dos EUA e da UFPE — Foto: Reprodução/TV Globo Equipamentos usado no projeto que estuda o impacto da zika na audição de adultos vai ajudar os cientistas dos EUA e da UFPE — Foto: Reprodução/TV Globo

Equipamentos usado no projeto que estuda o impacto da zika na audição de adultos vai ajudar os cientistas dos EUA e da UFPE — Foto: Reprodução/TV Globo

Projeto

Além de Mariana Leal, o projeto tem coordenação da professora do Departamento de Fonoaudiologia da UFPE Lilian Muniz.

A iniciativa é financiada pelo National Institute of Health (NIH). Além de contar com a parceria da faculdade norte-americana e as instituições listadas abaixo, o trabalho tem colaboração dos professores da UFPE Silvio Caldas e Carlos Brito.

Segundo Mariana Leal, não há estudos que mostrem a relação das infecções por arboviroses e a perda auditiva em pacientes adultos. Ela afirmou que foram feitos relatos de casos.

Neste estudo, os profissionais estão utilizando um equipamento moderno capaz de realizar vários testes auditivos num único procedimento. O HC é o primeiro hospital público do Estado a possuir essa ferramenta. Ela possibilitará o processamento de dados de maneira mais eficiente.

"Com esse equipamento, podemos fazer todos os testes. Antes, seriam necessárias várias máquinas, uma para cada um dos trabalhos", comento, Lilian Muniz.

Segundo ela, um software simplifica todo o processo. "Teremos informações mais fidedignas e rápidas. Poderemos enviar os dados para a pessoa que vai fazer a análise, de forma mais fácil, sem identificar o paciente, apenas com a informação do número", comentou.

De acordo com a pesquisadora Abbey Fellows, da Dartmouth College, o HC foi um dos locais escolhidos para desenvolvimento da parceria, em virtude dos estudos na área já desenvolvidos pelo hospital-escola.

Outro fator importante, segundo Mariana Leal, é a grande quantidade de pacientes que

poderá ser avaliada, consolidando ainda mais as evidências encontradas. O Serviço de Clínica Médica do HC possui um ambulatório de referência no manejo das arboviroses.

Crianças

Um estudo feito por pesquisadores de Pernambuco revela que, dos 70 bebês avaliados com confirmação da síndrome pela zika congênita, houve ocorrência de perda auditiva em 6% dos casos.

O trabalho foi publicado na revista científica *Morbidity and Mortality Weekly Report*, vinculada ao Centro de Controle e Prevenção de Doenças, maior órgão de doenças infecciosas dos Estados Unidos.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Mariana Leal, essa prevalência de perda auditiva é maior do que na população geral.

Ela diz que, em uma população geral, a prevalência estimada é de uma a duas crianças em mil nascidas vivas. a ocorrência é bem maior e coloca a infecção congênita pelo vírus zika como um fator de risco para a perda auditiva.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF pede na Justiça que UFU altere número de vagas para deficientes no vestibular

Ação constata irregularidades no edital do segundo semestre da universidade, sendo que em alguns cursos inexistem reservas de vagas a esse público.

O Ministério Público Federal (MPF) pediu na Justiça que Universidade Federal de Uberlândia (UFU) aumente o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência no vestibular que seleciona estudantes para iniciarem a graduação no segundo semestre deste ano.

O G1 entrou em contato com a assessoria de imprensa da UFU que informou que a instituição ainda não foi notificada da ação.

A promotoria pediu que a UFU que publique um novo edital do vestibular (DIRPS nº 1/2020) para que conste em todos os cursos vagas para pessoas com deficiência, sempre em número maior de vagas em relação as que são destinadas a pretos, pardos e indígenas, sem afetar o quantitativo de vagas previsto para a ampla concorrência.

A solicitação é para todos os cursos disponibilizados em todos os campi, devendo, obrigatoriamente, haver reserva de vagas em todo e qualquer curso, sem qualquer discriminação.

O MPF também pede que essas vagas sejam preenchidas apenas por pessoas com deficiência, não podendo ser destinadas para outras modalidades. De acordo com a ação, o edital do vestibular do segundo semestre apresenta discrepância na reserva de vagas ofertadas a pessoas com deficiência.

Além disso, o órgão quer que a universidade torne público as matrículas deferidas ou indeferidas nos cursos de todos os campi da UFU, e, no caso de matrículas indeferidas, que sejam apresentadas justificativas.

O MPF requeriu também que a universidade matricule todos os alunos candidatos que nos últimos cinco anos poderiam ser classificados nas vagas destinadas a pessoas com deficiência, mas que foram destinadas para outras modalidades.

Vagas insuficientes

O edital aponta que, independente do quantitativo de vagas ofertadas, são reservadas apenas duas vagas para pessoas com deficiência, condicionadas à renda mínima familiar e sendo necessário que o estudante tenha cursado o ensino médio em escolas públicas. Contudo, o MPF constatou que nos cursos de Engenharia Biomédica, Música e Ciências Biológicas da UFU, o estudante com deficiência tem direito a apenas uma vaga. Nos cursos de Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Eletrônica e de Telecomunicações sequer existe vaga reservada, ao contrário de outras reservas de cotas.

“A universidade pública deveria ser o ambiente ideal para a participação dos mais diferentes elementos que integram uma sociedade. Ao fechar suas portas, impede até mesmo o avanço na igualdade das relações e trata a pessoa com deficiência com inferioridade e descaso”, afirmou o procurador Cléber Eustáquio Neves, autor da ação.

O MPF destacou que a legislação brasileira incluiu as pessoas com deficiência no mesmo sistema de cotas que as pessoas pretas, pardas e indígenas, porém sem o aumento do número total de vagas das cotas oferecidas. E que a distribuição das vagas deveria ser proporcional aos números de deficientes na unidade da Federação.

Para o procurador, a UFU desrespeita a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto de Pessoa com Deficiência ao deixar de lado o tratamento prioritário, com destinação mínima de vagas para deficientes, desconsiderando décadas de lutas de agentes sociais, que conseguiram dar visibilidade e proteção aos seus direitos.

“Pretos, pardos e indígenas nunca foram impedidos de participar de concurso público, diferentemente do que sempre aconteceu com pessoas com deficiência. Daí, porque a UFU erra em oferecer a eles o mesmo tratamento, colocá-los no mesmo balaio, numa clara ofensa ao princípio da isonomia”, disse o procurador.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Cientista da UFRGS é escolhida uma das mulheres mais poderosas em lista da Forbes Brasil

Normalmente cientistas não se enxergam como pessoas que tenham muito poder, diz Marcia Barbosa, que integra a Academia Mundial de Ciências.

A cientista e professora da UFRGS Marcia Cristina Bernardes Barbosa é uma das 20 mulheres mais poderosas do Brasil, conforme lista da revista Forbes nacional, divulgada nesta quarta-feira (4).

"É muito interessante perceber que a ciência, que leva aos celulares, às vacinas, a tudo que rege a nossa vida, advém dos cientistas, então de uma maneira muito caricatural, a gente pode pensar que o cientista sim tem um poder", afirma a cientista.

Ela foi escolhida junto com nomes como a cantora Anitta, a chef Paola Carosella e a presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Maria Cristina Pedruzzi, pela publicação.

O reconhecimento veio menos de um mês após a menção da professora em outra publicação, "Sete cientistas mulheres que moldam o mundo", da ONU Mulher.

"Até então as listas anteriores [da Forbes] não continham cientistas. Essa foi a primeira vez, são duas cientistas", diz Marcia. A pesquisadora do Instituto do Cérebro Natalia Mota é a segunda cientista a ser citada pela revista.

Marcia é doutora em Física, diretora da Academia Brasileira de Ciências e membro da Academia Mundial de Ciências. Ela estuda as estruturas complexas das moléculas de água, e em entrevista ao G1 em fevereiro, explicou mais sobre a pesquisa, e também sobre a importância do protagonismo feminino na pesquisa.

Para a cientista, a escolha da revista evidencia a importância da ciência para a sociedade.

"Por que é uma revista voltada para o meio empresarial. É uma oportunidade para cientistas falarem como a ciência gera desenvolvimento, e portanto está, sim, associada ao poder. Normalmente cientistas não se enxergam como pessoas que tenham muito poder. A gente faz ciência por paixão, por aquilo que gosta", afirma.

Ela ressalta ainda que a inclusão é uma oportunidade para falar com o cidadão. "Aquele pagador de impostos que financia a ciência brasileira, da importância que a ciência tem no cenário nacional e no mundo", afirma.

A publicação chega às bancas na próxima segunda-feira (9), conforme a Forbes Brasil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Salas de escola ficam alagadas e aulas são suspensas durante forte chuva em Teresina

Segundo o climatologista Werton Costa, a região registrou 50 milímetros de chuva em apenas 30 minutos. A Secretaria de Estado da Educação informou que uma equipe do setor de engenharia fará uma avaliação na escola.

A Escola Estadual Adamir Leal, localizada no bairro Dirceu, Zona Sul de Teresina, teve aulas suspensas e alunos liberados depois que salas de aula ficaram alagadas por conta da forte chuva registrada na tarde desta quarta-feira (4). Segundo o climatologista Werton Costa, a região registrou 50 milímetros de chuva em apenas 30 minutos. A Secretaria de Estado da Educação informou que uma equipe do setor de engenharia fará uma avaliação da unidade.

No vídeo é possível observar pelo menos duas salas alagadas em um mesmo corredor, que também está com bastante água. O grande volume desse em direção ao estacionamento, do onde há vários carros.

Segundo o climatologista Werton Costa, há previsão de mais chuvas para o início da noite e madrugada. "Volumes muito expressivos de chuvas. A estação de monitoramento da região Sudeste registrou extraordinários 50 milímetros de chuva em apenas 30 minutos, caracterizando uma chuva torrencial. Um curto intervalo de tempo

para tanta chuva”, disse.

O climatologista explicou que a chuva foi resultado da atuação do principal sistema de chuva do Nordeste, que se chama Zona de Convergência Intertropical. “Ela é formada pelo encontro de massas de ar que vêm do hemisfério norte e sul. Elas transportam a água, que evapora do Oceano Atlântico para o Nordeste nessa época do ano. Quando essa umidade encontra com o calor da nossa região ela se transforma em nuvem e se precipita em forma de chuva”, contou.

Nota

A Secretaria de Estado da Educação informa que uma equipe do setor de engenharia fará uma avaliação na Unidade Escolar Adamir Leal, localizada no bairro Dirceu Arcoverde, a qual teve problemas em decorrência da forte chuva que ocorreu na tarde desta quarta-feira (04). As aulas foram suspensas e os estudantes, que não tiveram nenhum problema, foram liberados.

*Rafaela Leal, estagiária sob supervisão de Catarina Costa.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscrições para concorrer a bolsas de pesquisa da Fapesc terminam nesta sexta-feira

Candidatos devem ter ensino superior completo com especialização ou cursos em gestão de projetos. Edital prevê seleção de 20 bolsistas, com remuneração de R\$4 mil.

O prazo para concorrer às bolsas de pesquisa e inovação oferecidas pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc) termina nesta sexta-feira (6).

Conforme o edital, 20 bolsistas serão selecionados para compor o Núcleo de Projetos Setoriais (NUPROJ), que receberá suporte do Escritório de Gestão de Projetos (EPROJ), criado recentemente.

Conforme a Fapesc, os candidatos devem ter ensino superior completo com especialização ou cursos em gestão de projetos. A remuneração é de R\$ 4 mil por mês durante um ano, que poderá ser prorrogado por mais 12 meses.

A chamada faz parte do Programa Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública, uma parceria entre a Fapesc e a Secretaria da Administração do Governo do Estado.

O edital 01/2020 está disponível no site da Fapesc. Dúvidas podem ser enviadas para o e-mail programagestaopublica@fapesc.sc.gov.br.

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Democracia revertida

O governo Bolsonaro, mesmo com uma ideologia definida, não tem quadros preparados para executar políticas de direita, quando muito de direita liberal

A Constituição de 1988 passou por três profundas reformas. Uma delas, destinada a desestatizar a economia, privatizou empresas, inclusive a Vale do Rio Doce. Como

ocorreu no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Mais para a frente, no governo Lula, foram aprovadas e promulgadas emendas e projetos voltados para as reformas sociais. Distribuição de renda. Política sindical. Previdência.

Logo em seguida, no governo de Dilma Rousseff, entraram em cena mais de setenta revisões parlamentares para políticas de inclusão social, com efeitos, inclusive, na revogação de dispositivos na Lei de Licitações.

Tradicionalmente, essas verbas tinham destino social específico. Mas, com a alteração do dispositivo sobre licitações assistenciais, destinadas a projetos ambientais, indígenas, minorias, educação básica, etc, elas passaram a ser encaminhadas, não apenas no seu valor restrito, mas, de modo acumulado, em visível reversão de sua origem e natureza.

Essa reversão na Lei de Licitações levou e tem levado o Legislativo e o Executivo à distribuição, quase sempre aleatória, de verbas orçamentárias destinadas, em tese, a programas sociais que remanescem sem qualquer planejamento ou investigação executiva. E, sem critério contábil.

Nesse mesmo quadro reformista, sem um projeto ideológico definido, mas reconhecido como política liberal, no governo de Michel Temer, evoluíram as emendas de recolhimento ou retenção de despesas públicas (ou até mesmo de despesas privadas), como aconteceu com a reforma trabalhista e a reforma previdenciária aprovadas após o impeachment de Dilma Rousseff.

O país, nesse sentido, está mergulhado, não apenas em uma geleia geral, mas em um saco sem fundo. Onde as diferentes doutrinas políticas, entre si, se cruzam.

O governo Bolsonaro, mesmo com uma ideologia definida, não tem quadros preparados para executar políticas de direita, quando muito de direita liberal. Esse é o sinal mais provável na evidência das ações de Paulo Guedes. O que não ocorre no Ministério da Educação. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, no seu sentido mais extensivo, governa para a maior população de servidores do Brasil. Acostumados a conviver com governantes progressistas.

Assim também ocorre nos ministérios da Cidadania, Meio Ambiente e na Secretaria de Cultura. Onde a direita, dona dos cargos de direção, presume governar nessa tácita aliança, com quadros de esquerda (que já estavam lá, antes), em tácita aliança.

O Brasil, nesse contexto, vive momento em que as ideologias se desencontram. E, se confundem em quadro que pode evoluir para um autoritarismo populista. Em que os autoritários não se revelam (para não perderem o espaço governativo).

Aliás, ao contrário do que se esperava, alguns militares do governo têm uma proposta de expectativa desenvolvimentista. Estamos diante de um cruzamento eleitoral sem limites, com uma multiplicidade de partidos, impedidos de fazer alianças para as eleições municipais. Com políticos ligados ao fundo partidário e a um presidencialismo que somente evolui em coalizão, com o consentimento do Congresso, sem resultados finais. Onde o presidente da República fica à deriva de suas frases soltas e de uma Constituição engajada, sufocada por seus opositores ideológicos, no tempo histórico.

*Aurélio Wander Bastos é advogado, cientista político e professor emérito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

topo ↗

PARANÁ PORTAL - TEMPO REAL

Inep convoca participantes do Enem 2019 a cadastrarem informações em novo site

Candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado estão sendo chamados para cadastrarem os seus dados na plataforma on-line do governo federal: gov.br. De acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela prova, a ação visa unificar os dados dos usuários em todos os serviços digitais dos órgãos federais.

A unificação dos registros na página será feita de forma gradativa, com previsão de reunir todos os serviços digitais dos órgãos federais, informa o Inep. Criando um único usuário e senha é possível utilizar todos os serviços públicos digitais que estejam integrados com a plataforma.

Embora a convocação dos estudantes esteja sendo feita neste mês, a plataforma unificada gov.br foi instituída pelo Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, sob criação do Ministério da Economia (ME), em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Para se cadastrar no gov.br, o estudante deve seguir os seguintes passos:

1. Acessar a Página do Participante, no endereço enem.inep.gov.br.
2. No canto superior esquerdo da página, clicar no botão GOV.BR que levará ao portal de serviços digital do Governo Federal.
3. No site, clicar no botão “Acesso GOV.BR”
4. Informar CPF, nome completo, e-mail e telefone e registrar login e senha para criar sua conta no portal.
5. Após seguir os passos acima, o participante terá acesso liberado para os canais digitais do governo federal.

Espelho da redação do Enem 2019

Ainda sobre o Enem 2019, conforme edital, o espelho individual da redação deverá ficar disponível para consulta a partir do dia 17 de março. Com ele, o participante poderá conferir a pontuação recebida em cada uma das cinco competências avaliadas pelos corretores, no Sistema Enem. No mesmo dia deverá ser disponibilizada a nota dos “treineiros”, participantes que fizeram o exame e avisaram, durante a inscrição, que não terminariam o ensino médio até dezembro passado.

topo ↗

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capex cancela investimentos em novas pesquisas para 2020; entenda

Na última segunda-feira (2), a **Capex** anunciou o corte de mais 5.613 bolsas de mestrado e doutorado. O anúncio é o terceiro de retirada de bolsas para pesquisadores e cientistas desde 2019. Isso significa que, dependendo do enquadramento da instituição em indicadores locais (IDH, tempo de conclusão e média de diplomados por período) e

sua avaliação pelo MEC, novos pesquisadores não sejam contemplados em 2020, independente da área de atuação, e apenas as bolsas já existentes continuarão sendo pagas.

No ano passado, 11.811 bolsas de pesquisa financiadas pela **Capes** foram extintas, o que equivale a 12% de todas as bolsas de mestrado e doutorado que tinham sido aprovadas para financiamento no início do mesmo ano.

Desta vez, a decisão do governo não atinge nenhuma pesquisa em andamento. Ela impede o surgimento de novos estudos por pesquisadores já contemplados e em instituições que se enquadrem nas prerrogativas do MEC. Todas as bolsas canceladas são referentes a pesquisadores que concluíram seus estudos e esse dinheiro, que já estava previsto para financiar novos estudos, será agora “guardado” pela **Capes** como forma de “contenção de gastos”.

Segundo a **Capes**, o cancelamento dessas bolsas significará uma economia de R\$ 37,8 milhões, e o órgão espera que, neste ano, o valor em caixa para investimentos caia pela metade, saindo dos R\$ 4,25 bilhões que foram previstos em 2019 para R\$ 2,20 bilhões este ano. O cancelamento dessas bolsas também é uma quebra de um acordo que a **Capes** havia firmado com a Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa) em novembro de 2019, que confirmava a intenção do órgão estatal em aumentar o investimento na pós-graduação em R\$ 200 milhões e oferecer 1.800 novas bolsas para pesquisadores.

CAPES abre 1.800 novas bolsas de pós-graduação em 2020

Enquanto o presidente do **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, acredita que as medidas tomadas pelo órgão (entre elas, recorrer ao setor industrial para pagar bolsas de pesquisa) podem melhorar a situação dos cientistas do país, a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos, Flávia Calé, afirma que o cenário que se forma é o de um colapso total na pós-graduação stricto sensu. Segundo ela, cortar o orçamento pela metade é inviabilizar o trabalho da pós-graduação, contribuindo para o sucateamento das universidades e propondo a morte da pesquisa brasileira por inanição (no médio prazo).

Calé ainda explica que a maioria dos programas de pesquisa já fez seleção para escolher os novos pesquisadores que assumiriam as bolsas daqueles que completaram seus projetos, e o resultado do cancelamento é que muitos desses pesquisadores simplesmente optem por abandonar suas pesquisas. É preciso lembrar que essas bolsas são, na verdade, salários pagos para que esses pesquisadores se dediquem à pesquisa de maneira integral, e proíbe que eles tenham qualquer outro tipo de emprego, formal ou não, para que recebam esse dinheiro. Assim, com o cancelamento, o pesquisador que não possui uma família que possa bancá-lo durante todo o período da pesquisa provavelmente será obrigado a abandonar a carreira acadêmica e entrar no mercado de trabalho para se manter.

Recentemente, os cientistas brasileiros receberam diversos elogios internacionalmente por conseguirem mapear o genoma do coronavírus contraído por brasileiros em apenas 48h — um recorde neste tipo de atividade. Mas, com esses cortes no setor de pesquisas, a tendência é que este tipo de marco da ciência brasileira se torne cada vez mais raro.

Errata: o título desta publicação foi modificado, anteriormente informamos "Governo cancela todo o investimento em novas pesquisas para 2020". A informação foi equivocada; o título foi atualizado.

FUNDACRED - TEMPO REAL

Sancionada lei que proporciona o acesso gratuito a curso superior para professores em POA

Nessa terça-feira, o prefeito Nelson Marchezan Júnior sancionou a lei 12,679/2020, que autoriza a administração municipal de Porto Alegre a instalar polos da UAB (Universidade Aberta do Brasil) para formação gratuita de nível superior. A iniciativa prevê a formação de 2,5 mil professores em cinco anos, por meio de parcerias com duas renomadas instituições ligadas à área de ensino.

Uma delas é a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e a outra é a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, vinculada ao Ministério da Educação.

A proposta havia sido aprovada pela Câmara de Vereadores no dia 10 de fevereiro, por 33 votos a um.

Os polos serão criados nas escolas municipais Liberato Salzano Vieira da Cunha, no bairro Sarandi, e Emilio Meyer, no bairro Medianeira, que já ofereciam Ensino Médio orientado ao magistério.

Serão oferecidos prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores de Educação Básica, dirigentes e gestores.

O objetivo da prefeitura é qualificar a rede comunitária de Educação Infantil, que hoje tem cerca de 20% dos professores com formação de nível médio. Os novos termos assinados pelas organizações sociais mantenedoras das escolas comunitárias com a prefeitura têm cinco anos de duração e exigem a presença de professores com curso superior em todas as salas de aula, do berçário ao Jardim B, até 2024. Eles deverão atuar no mínimo oito horas diárias.

Atualmente, a rede comunitária é composta por 207 escolas de Educação Infantil, que atendem diariamente cerca de 22 mil crianças, além de três escolas de Educação Básica. Em outubro do ano passado, a prefeitura anunciou aumento de mais 15% nos repasses de recursos às escolas comunitárias.

Parceria Durante o ato, o prefeito agradeceu a parceria com a UFRGS, que, segundo ele, não tem sido somente no setor de educação, mas também em outras áreas, "sempre numa perspectiva propositiva e de vanguarda".

Marchezan diz que os investimentos feitos nos primeiros anos de vida terão, sem dúvida, resultados no futuro.

"O crescimento infantil depende de ações como esta, e é muito gratificante saber que estamos contribuindo para uma bela história das crianças atendidas por essas escolas", afirma.

Conforme o secretário municipal da Educação, Adriano Naves de Brito, a Educação Infantil é a que mais recebe recursos no trabalho estruturante que está sendo feito no ensino, para que seja alcançada a alfabetização na idade certa: “Desta maneira, vamos conseguir a reversão de resultados ruins que vêm ocorrendo no final do ano”.

Representando o reitor da UFRGS, Rui Oppermann, o secretário de Educação à Distância da Universidade, Lovois Miguel, frisou que a assinatura se configura como início de um processo mais amplo de aperfeiçoamento e formação de professores. “Outra possibilidade, além dessa especialização na área da pedagogia, é a de oferecermos cursos de gestão escolar”, adiantou.

Também participou do ato de assinatura a secretária-adjunta de Educação de Porto Alegre, Iara Wortmann.

A Universidade Aberta tem atualmente mais de 700 polos, estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para cursos e programas de educação a distância.

Além do espaço dentro das escolas, a Secretaria Municipal de Educação vai disponibilizar logística, recursos humanos e financeiros. A **Capes** já realizou visita técnica para avaliação da infraestrutura das escolas indicadas para receber os polos de apoio. (Marcello Campos)

Fonte: O Sul

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Modelo inédito de concessão de bolsas de mestrado e doutorado inicia no próximo dia 6

Critérios, como desempenho acadêmico e desenvolvimento regional, serão pré-requisitos para oferta de 84 mil bolsas

Mais de 350 instituições de ensino superior públicas e privadas darão início, a partir de sexta-feira, 6 de março, ao modelo inédito de concessão de bolsas de pós-graduação – mestrado e doutorado. A iniciativa pretende implementar critérios técnicos para distribuir 84.143 bolsas com base no desempenho acadêmico e no desenvolvimento do município do curso. Os estudantes que já receberam o benefício não entram na nova regra.

A oferta das bolsas leva em consideração os 5,7 mil cursos que possuem notas de 3 a 7, na avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Esses cursos estão inseridos em três áreas: Humanidades, Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinares.

Dessa forma, o modelo revê, por exemplo, a distribuição de bolsas de estudos para cursos que possuem a mesma nota, estão na mesma área de conhecimento e localização geográfica, mas contam com quantitativos de bolsas muito diferentes. Também entram nesse contexto cursos de excelência com número de bolsas inferior ao de cursos com nota mínima permitida.

Conheça os critérios que serão adotados no cálculo da concessão de bolsas:

Por área: Agora, as bolsas serão distribuídas apenas para cursos dentro da mesma área

de conhecimento, ou seja, uma bolsa de Filosofia não será redistribuída para um curso de Engenharia, por exemplo.

Desempenho acadêmico: O modelo que entra em vigor, a partir de março deste ano, equilibra a distribuição de bolsas com o resultado da avaliação periódica da pós-graduação realizada pela **Capes**. Assim, quanto mais elevada for a nota obtida pelo curso, maior será o número de bolsas a que ele terá direito, valorizando o mérito acadêmico.

Impacto local: Para gerar impacto social e econômico nos municípios menos desenvolvidos, a concessão de bolsas de doutorado e de mestrado levará em conta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, um curso localizado em cidade com o índice baixo terá peso duas vezes maior no cálculo do número de bolsas do que um curso semelhante ofertado em um município com índice muito alto.

Número de formados: O número de estudantes titulados por curso será levado em consideração na concessão de bolsas. Para realizar essa classificação, a **CAPES** irá comparar o número médio de titulados no período de 2015 a 2018 com a média de titulados do colégio (classificação utilizada pela **Capes** em suas atividades de avaliação da pós-graduação).

Mais doutores: Com foco na meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE), de titular 25 mil doutores por ano até 2024, os cursos de doutorado receberão mais bolsas do que os de mestrado – meta já superada.

Nesta terça-feira, 3 de março, a **Capes** comunicou as instituições sobre o modelo, que foi amplamente discutido com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop). Ao longo do ano, a **Capes** vai monitorar o processo de implementação do modelo, que poderá ser aprimorado em conjunto com entidades de classe e comunidade acadêmica.

Capes

topo ↕

Z1 - TEMPO REAL

Curso ead para professores é ofertado em parceria com a Capes

Atenção, pois as inscrições serão feitas pelo portal

Entre os dias 24 a 27 de março, o portal Britannica Escola vai oferecer cursos gratuitos para os professores da educação básica. As aulas serão divididas em três temáticas: Utilizando a Linguagem digital na sala de aula; Uso de Conteúdo digital na sala de aula; e Aluno pesquisador no ensino fundamental.

Os profissionais interessados devem fazer a inscrição no portal Britannica Escola. Serão cinco turmas nos horários vespertino e matutino. No site, os profissionais poderão ter acesso a todo material de aprendizado, bem como às ferramentas de ensino, além de contar com os recursos multimídia, artigos, biografias, notícias e muitos outros recursos de estudo.

Uma vantagem do curso é que o portal onde as aulas serão ofertadas é todo em português. A formação é oferecida pelo portal, em parceria com a **Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e apoio do Ministério da Educação (MEC). No site da **Capes** é possível obter mais informações sobre os cursos.

Para os docentes que querem se especializar, também é possível recorrer ao Educa Mais Brasil, que oferta uma variedade de cursos para especialização. Acesso o site aqui e veja as opções disponíveis em sua cidade.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Novo texto do Fundeb exige mais dinheiro novo no fundo, mas alivia impacto para União

Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica e sua vigência termina neste ano

Uma nova versão da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Fundeb deixou mais clara a exigência de a União usar dinheiro novo no incremento previsto para o novo fundo. Outra alteração do texto, entretanto, aliviou o impacto para o governo federal nos investimentos obrigatórios de educação pública.

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica e sua vigência termina neste ano. O Congresso discute a matéria e, no último dia 18, foi apresentado na Câmara um texto considerado final.

Na noite de terça-feira (3), entretanto, uma nova versão veio à tona após negociações com prefeitos e com o governo Jair Bolsonaro. Há expectativa de que o tema volte a ser analisado na quarta-feira (4) na Câmara, mas as chances são consideradas remotas por causa da análise do Congresso sobre o orçamento.

O fundo reúne parcelas de impostos e recebe uma complementação da União para estados e respectivos municípios que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno definido a cada ano. O complemento federal atual é de 10% — cerca de R\$ 15 bilhões no ano.

O relatório da deputada Professora Dorinha (DEM-TO) ampliou esse percentual para 20%, a ser alcançado de forma escalonada, e abriu a possibilidade de que a União incluísse no fundo um recurso já destinado à área.

A previsão de incluir o chamado salário-educação no Fundeb causou preocupação em especialistas pelo risco de não garantir a entrada de dinheiro novo na educação. Assim, o percentual da complementação aumentaria, mas a realidade do protagonismo da União no financiamento da educação básica se manteria.

O salário-educação é uma contribuição empresarial cujo saldo é dividido da seguinte forma: 60% vão direto para municípios e estados e o restante, para o MEC (Ministério da Educação).

A redação anterior deixava em aberto a possibilidade de incluir no Fundeb também a cota de estados e municípios, que já têm dependência desses recursos. Agora, o texto deixa claro que só a parcela do governo federal poderá ser usada para compor a complementação.

O relatório já previa que, caso a União considere essa rubrica no fundo, o MEC

continue a arcar com os programas suplementares financiados com o salário-educação (material didático, alimentação escolar, transporte e assistência à saúde).

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação divulgou nota técnica baseada em cálculos elaborados pela Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação). Para a entidade, a inclusão desses recursos no Fundeb "resultarão na asfixia orçamentária dos programas suplementares".

Nessa análise, usar a parte da União do salário-educação faria com que a complementação federal suba para 15%, não 20%. Isso ao considerar que o MEC não assegure os programas citados.

O dados da Fineduca apontam que o salário educação representou R\$ 12,9 bilhões destinados à cota estadual e municipal e R\$ 8,5 bilhões à cota federal.

Uma outra alteração, que dessa vez representa um alívio para a União, foi o aumento do percentual relacionado à complementação do Fundeb que o governo federal pode considerar no cálculo de investimento obrigatório em educação.

Pela Constituição, a União é obrigada a aplicar 18% das receitas na manutenção e desenvolvimento do ensino. A versão anterior estipulava que apenas 15% da complementação ao Fundeb poderia entrar nesse cálculo, o que poderia garantir mais recursos para a área.

A nova versão colocou em 30% esse aproveitamento. O percentual é o mesmo do que já é previsto na Constituição atualmente, mas o impacto em outras áreas de investimento, como no ensino superior, pode ser negativo uma vez que a complementação da União será ampliada.

"O texto vai no sentido de diminuir o grau de pressão sobre o governo federal para o investimento", diz Daniel Cara, da Campanha, ao ressaltar que a primeira minuta apresentada pela deputada Dorinha ampliava para 40% a complementação.

A nova versão traz ainda um ajuste com relação ao mínimo do Fundeb que deve ser aplicado para o pagamento de professores, reduzindo esse patamar. O texto mantém o piso de 70% do Fundeb para salários, mas retira do cálculo total 2,5 pontos percentuais da complementação destinados a partir da evolução em indicadores.

O governo Bolsonaro defende que a complementação subisse de 10% para 15%. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, ameaçou mandar um texto substitutivo para concorrer com o atual, mas isso já está descartado pela área econômica.

O novo Fundeb altera o modelo de distribuição do recursos. Hoje, a distribuição da complementação é feita proporcionalmente ao número de alunos matriculados, direcionada a estados e respectivos municípios que não conseguem atingir um valor mínimo por estudante.

Agora, é previsto um formato híbrido. Os 10% que já fazem parte do fundo continuarão da mesma forma, com base na realidade de cada estado, o que vale também para os municípios.

Parte dos recursos extras, equivalentes a 7,5 pontos percentuais, serão rateados com base na realidade dos municípios, o que atinge cidades pobres em estados ricos.

Os outros 2,5 pontos percentuais da complementação serão distribuídos para redes que alcançarem "evolução significativa dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades".

Para receber esses recursos, redes devem cumprir "condicionalidades de melhoria de gestão" que serão descritas em lei complementar.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb cancela votação de relatório

Segundo presidente do colegiado, deputado Bacelar (Podemos-BA), o cancelamento da votação se deu por questões meramente regimentais

A reunião da comissão especial que discute a formatação de um novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), marcada para a manhã desta quarta-feira (4), foi cancelada.

Com isso, foi adiada a votação do relatório apresentado pela deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO). O parecer propõe tornar o Fundeb permanente e ampliar de 10% para 20% a participação da União no Fundo. O aumento seria escalonado, até 2026.

O presidente do colegiado, deputado Bacelar (Podemos-BA), afirmou que o cancelamento da votação se deu por questões meramente regimentais. A análise do relatório havia sido suspensa por um pedido de vista coletivo, em 18 de fevereiro. É necessário um intervalo de duas sessões ordinárias da Câmara para a retomada da discussão, explicou o deputado.

A sessão da Câmara prevista para terça-feira (3), quando os vetos ao orçamento impositivo concentraram o tempo e a atenção do Congresso, acabou não ocorrendo. A expectativa é de que uma nova reunião seja convocada para a próxima terça, dia 10.

O DIA - PI - EM DIA

"Discutir redistribuição de bolsa é enxugar gelo"

Quem também está questionando alguns dos novos critérios apresentados pela **Capes** é a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). O Portal O Dia conversou por telefone com a presidente da entidade, Flávia Cale, e ela disparou: "discutir redistribuição de bolsas num ambiente de escassez é enxugar gelo".

A principal crítica que ela faz é à falta de discussão sobre o assunto com a população acadêmica e aqueles que serão diretamente afetados. Para a presidente da ANPG, não ficou claro se vão ser tiradas bolsas de um programa para serem postas em outros ou se ser discutido orçamento a mais. Outros pontos, de acordo com Flávia, são polêmicos, como o critério da quantidade de alunos titulados nos programas, que pode incidir em pressão e sobrecarga dos discentes para produção acadêmica.

"O problema é que esses critérios que foram apresentados vêm no contexto de déficit no orçamento da **Capes** e no corte de quase 8 mil bolsas. Soma-se a isso o fato de a própria **Capes** ter feito uma portaria no ano passado que diz que, no caso dos programas novos, eles não vão mais receber como recebiam antes o enxoval, que era o número

inicial de bolsas para se estabelecer, afirma.

A ANPPG aguarda, no momento, a publicação pela **Capes** do quadro de distribuição das bolsas que deveria que deve vigorar em março. Esse material era para ter sido divulgado no dia 28 de fevereiro, conforme previa a portaria com os novos critérios. A entidade disse que só depois que poderá avaliar a aplicação e o impacto dos no modelo de concessão das bolsas. (Maria Clara Estréia)

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - POLÍTICA

Por recomendação do MP, Codinorp exonera secretário e rediscute Futuro MP apura legalidade e uso dos recursos de consórcio que atua na gestão educacional de municípios da RML

Considerados por alguns especialistas em educação pública como um modelo moderno de gestão educacional, os consórcios intermunicipais de educação vêm sendo adotados e defendidos por trazerem dinamismo ao setor, especialmente em cidades cuja arrecadação de tributos é baixa. No entanto, também contraria os que defendem que em primeiro lugar o poder público deve acabar com o déficit de vagas nas creches e essas organizações podem ser alvos de questionamentos quanto à transparência no uso dos recursos públicos e na escolha dos gestores, assim como sobre quem realmente as controla e com quais interesses. Agora, um dos mais conhecidos da região sul do País, o Codinorp (Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná), está na mira do Ministério Público do Paraná.

Na semana passada, o presidente do Codinorp e prefeito do município de Prado Ferreira (Região Metropolitana de Londrina), Silvio Antonio Damaceno (PP), decidiu atender a uma Recomendação Administrativa do Ministério Público de Porecatu expedida no final de 2019 e exonou do cargo o secretário regional de Educação do Consórcio, Amauri Monge Fernandes. A demissão de Fernandes foi publicada no diário oficial de Prado Ferreira com vigência a partir do dia 14 de fevereiro.

Escolhido em um processo seletivo conduzido pela organização sem fins lucrativos Vetor Brasil, Fernandes é bacharel em Direito e mestre em Gestão e Políticas Públicas, e chegou a ser candidato a vereador pelo PSC (Partido Social Cristão) em Santana do Parnaíba, interior de São Paulo. Teve 419 votos e não foi eleito. Especializada em recrutamento para o setor público, a Vetor Brasil também foi responsável por conduzir o processo seletivo que culminou na escolha da atual secretária municipal de Educação de Londrina, Maria Tereza Paschoal de Moraes.

Outra recomendação do Ministério Público, do dia 18 deste mês, pede que os prefeitos de Centenário do Sul, Lupionópolis e Cafeara interrompam imediatamente os repasses financeiros ao Consórcio, que somados chegariam a R\$ 11 milhões até 2022, bem como não firmem novos contratos. Florestópolis, Guaraci, Jaguapitã, Miraselva, Primeiro de Maio e Porecatu, todos municípios da Região Metropolitana de Londrina, completam o Codinorp. O promotor Renato dos Santos SantAnna também pede que seja dada publicidade à Recomendação Administrativa e que as Câmaras Municipais sejam informadas.

Desde que o Ministério Público passou a investigar o Co - dinorp, diversas movimentações nas prefeituras foram registradas e não está descartado o fim do consórcio, segundo apurou a reportagem. A FOLHA, Silvio Damacem afirmou que as recomendações vão ser atendidas, mas não quis comentar sobre o futuro do Codinorp.

Em seu twitter; o ex-deputado federal Alex Canziani (PTB), principal defensor e articulador do modelo de gestão, disse que a Recomendação Administrativa pode "acabar com uma das mais inovadoras experiências em educação no País".

AS RECOMENDAÇÕES

A FOLHA teve acesso às duas recomendações do MP. Em uma delas, a promotora Silvia Luiza Dariva e Pereira esclarece que uma investigação foi deflagrada a partir de representação feita pelo Presidente do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Fluido de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, em Curitiba. A partir da denúncia, o MP apura a legalidade da criação e atuação do Consórcio e o uso dos recursos, que, no cronograma, saltam de cerca de R\$ 20 mil anuais por município para R\$ 300 mil anuais oriundos de "Recursos Livres da Educação" para material didático e formação continuada de professores.

Para o MP, a criação da Secretaria Regional de Educação "viola o princípio da legalidade, pois invade a competência dos municípios para tratar sobre o sistema educacional local, tendo em vista a existência das Secretarias Municipais de Educação com as mesmas atribuições", diz. E, ainda, relata que não há publicidade sobre as informações contábeis, operacionais e patrimoniais no site oficial do Consórcio.

ORIGEM

Criado em 2017 após alterações na legislação de um consórcio intermunicipal já existente para a gestão de resíduos, o Codinorp é formado até então por dez municípios que firmaram contratos de rateio para custearem as atividades da Secretaria e a implementação de um Plano de Ensino Regionalizado. No caso do Codinorp, um chamamento público resultou na assinatura de um Contrato de Impacto Social com o Instituto Lótus, com sede em São Paulo, entidade que, sustenta o MP, "é a única responsável, em tese, pela implantação da política pública educacional pretendida pelo Codinorp", diz.

O contrato com o Consórcio foi assinado em novembro de 2018 pelo presidente do Instituto Lótus, Nabil Mohamad Onaissi, e pelo gerente institucional, Luís Sergio Barbosa Murro. Com isso, o Instituto ficou responsável por executar as despesas, realizar a compra de materiais e prestar as contas. No entanto, segundo o MP, o endereço apresentado pela Lótus na ocasião é de um condomínio residencial na rua Cônego Ladeira, Vila Mazzei, em São Paulo. A reportagem também constatou que a página apresentada pela Lótus estava fora do ar, além de ser idêntica à do consórcio.

O ex-deputado Alex Canziani afirmou à reportagem que o modelo é altamente defendido em todo o País e lamentou a situação. Sobre o futuro do Codinorp, está sendo avaliada a continuidade dos trabalhos sob os comandos do prefeito de Prado Ferreira, Silvio Antonio Damaceno (PP).

topo ↕

O DIA - PI - EM DIA

Ufpi perdeu 78 bolsas com contingenciamento do MEC

No ano passado, o Ministério da Educação anunciou o contingenciamento de recursos das universidades federais em razão de uma redução do orçamento do órgão. Na ocasião, foram anunciados o corte de 7.590 bolsas em todo o país, 8% do total de

benefícios concedidos. Desse total, 78 eram da Ufpi. A Universidade Federal do Piauí perdeu, em junho de 2019, 30 bolsas de doutorado, 47 bolsas de mestrado e uma bolsa de pós-doutorado.

Foram quatro cursos afetados: dois da Ciência Animal (Agronomia e Agricultura Tropical), um da Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) e o programa de pós-graduação em Antropologia do Campus de Bom Jesus. A Coordenação dos Programas de Pós-Graduação da universidade disse que em três dos quatro cursos seria possível reverter a situação através da fusão entre os programas de modo a fortalece-los e aumentar seus graus de excelência.

No entanto, o impacto foi grande. "Impacta muito as nossas pesquisas, pesquisas com produção científica, produção de patente, desenvolvimento de novos projetos, de produtos e serviços. Mas temos condição de recuperar", afirma o professor Welter Catanhêde.

O que mais preocupa, conforme o gestor, é que esse panorama de contingenciamento de bolsas e incerteza nas novas concessões dificulta a fixação de discentes, a própria dedicação deles e a logística dos trabalhos desenvolvidos. O questionamento, segundo ele, é: como um programa de pós-graduação vai conseguir se estabelecer sem receber os benefícios? (Maria Clara Estréia)

topo ↕

AÇÃO POPULAR - TEMPO REAL

Escravidão ficou marcada no DNA dos povos americanos, diz estudo liderado por cientistas brasileiros

Estátua de pessoas escravizadas no leste da ÁsiaAfricanos escravizados foram tiveram roubadas sua liberdade, identidade e cultura

Durante mais de três séculos, entre 1503 a 1870, nove milhões de pessoas foram arrancadas de suas casas e aldeias em diversos locais no continente africano e transportadas contra a vontade para as Américas para trabalharem como escravas nas lavouras e cidades do Novo Mundo.

A diáspora forçada foi tão grande que não está gravada apenas na história, mas também no genoma das populações atuais das Américas.

Um estudo internacional, liderado por pesquisadores do Brasil, revelou a influência da escravidão na genética das populações do continente americano.

Segundo o biólogo Eduardo Tarazona Santos, líder do estudo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o objetivo foi responder a três questões:

Existe uma correspondência entre a origem geográfica de diferentes regiões da África e determinados destinos da diáspora nas Américas?

A miscigenação biológica acompanhou a dinâmica da chegada dos escravizados?

Considerando a dimensão da diáspora, os africanos trouxeram para o Novo Mundo toda sua diversidade genética?

Os dados analisados, diz o pesquisador, mostraram que a resposta é “sim” para as três questões.

Segundo Santos, há uma certa “organização das ancestralidades”: as regiões mais ao oeste da África tiveram maior proporção de pessoas levadas para o Caribe e para América do Norte, enquanto povos do sul e leste da África foram mais escravizados no sul do Brasil.

Comparação de dados genéticos

Em geral, as pessoas escravizadas levadas para a América tiveram origem predominantemente em países como Nigéria e Gana, no centro-oeste do continente.

Em direção ao norte do Novo Mundo, no Caribe e América do Norte, aumentou o tráfico de pessoas de países como Senegal e Gambia, mais a oeste. E para o sul do Brasil vieram povos bantu do sul e leste da África.

Para responder à segunda pergunta — se a miscigenação biológica acompanhou a dinâmica da chegada dos escravos — os cientistas compararam os dados genéticos das populações com informações de fontes históricas sobre o número de embarques e desembarques da África nas Américas durante a diáspora.

“Essa comparação revelou que o período crítico entre 1750 e 1850, quando houve picos na chegada de escravos, foi acompanhado de uma intensificação da miscigenação em todo o continente americano”, explica Santos.

Pessoas escravizadas na JamaicaO Caribe e a América do Norte receberam mais pessoas escravizadas vindas de países do oeste da África

O biólogo conta que, quando se usa unicamente dados genéticos de populações miscigenadas do Novo Mundo, é possível verificar que a miscigenação data de entre 1750 a 1850.

“Interpretamos isso como um indício de que o período de maior miscigenação das Américas coincidiu com o de maior chegada dos escravos”, explica Santos.

“Ou seja, é como se eles e seus descendentes tivessem chegado e ‘quase imediatamente’ se miscigenado, pelo menos em termos estatísticos.”

No caso da terceira questão — se os africanos trouxeram para o Novo Mundo toda sua diversidade genética — os pesquisadores notaram, pela primeira vez, que a diáspora para as Américas foi tão grande e duradoura, que os escravizados trouxeram toda a diversidade do seu continente de origem, que hoje está presente na componente africana dos nossos genomas miscigenados.

“Em contrapartida, nos últimos 500 anos, nós aqui nos misturamos mais que do que lá e a parte africana do nosso genoma ficou mais homogênea entre as populações daqui”, diz Santos. “Um brasileiro do sul e um afro-americano são geneticamente mais similares que um moçambicano e um nigeriano, por exemplo.”

Mapa das Ancestralidades nas Américas

Mapa das heranças genéticas da África nas Américas

Relevância médica

Além de possibilitar que se entenda melhor a ancestralidade dos povos americanos, os

resultados têm relevância médica, diz Santos, pois significam que os componentes genéticos responsáveis por doenças estão mais homoganeamente distribuídos entre os diferentes povos daqui.

Santos explica que a aplicação dos avanços da medicina genômica e de precisão para as diferentes populações só será possível se for compreendido como estão distribuídas as variações do DNA no mundo.

Hoje, sabemos bastante sobre os europeus e as doenças genéticas presentes nos genomas herdados da Europa, e muito pouco sobre outros povos, como os da África.

“Por isso, nós concebemos nosso estudo pensando mais na componente africana das populações das Américas”, conta. “Nosso trabalho contribui para compreender melhor a diversidade genética africana e como estão distribuídas as variantes vindas de lá nas Américas. Os diversos povos não-europeus no mundo poderão se beneficiar da medicina genômica unicamente se conhecermos como são do ponto de vista genético.”

Segundo ele, o fato de ter descoberto que a diáspora, por ser tão grande, importou a maior parte da diversidade genética africana para as Américas, implica que a maioria das variantes de lá (algumas delas que causam ou contribuem para o desenvolvimento de doenças) estão também presentes no Novo Mundo.

“Por outra parte, a miscigenação entre indivíduos de diferentes origens africanas tem espalhado mutações genéticas que na África estão mais localizadas geograficamente ao longo de boa parte do continente americano”, diz Santos.

Gravura de 1881 de um navio negreiroO tráfico de pessoas da África para as Américas durou mais de três séculos

Essa descoberta é importante para compreender a distribuição do DNA de origem africana e de variantes genéticas que causam doenças como fibrose cística e tipos de câncer hereditários, como o de mama.

“Os novos métodos de diagnóstico molecular para detectar estas variantes genéticas têm que considerar este fato. E assumir que uma variante localizada em algum lugar da África pode estar dispersa por boa parte do continente americano”, diz Santos.

Como foi feito o estudo

O artigo científico Impacto da Diáspora Africana na Genética das Populações das Américas, assinado por 37 pesquisadores de 18 instituições foi publicado nesta terça (3) na revista científica Molecular Biology and Evolution (Biologia Molecular e Evolução).

O estudo começou durante o período de doutorado sanduíche do pesquisador brasileiro Mateus Gouveia no Instituto Nacional de Saúde dos EUA, financiado pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

“Durante este período, eu e o professor Santos fizemos várias colaborações científicas com diferentes laboratórios daquele país, sendo possível obter um grande acervo de dados genômicos de africanos para serem incluídas na pesquisa”, conta. Ou seja, não houve coleta direta de DNA de pessoas das populações estudadas.

A pesquisa foi realizada durante três anos por várias instituições do Brasil, Estados Unidos, Portugal e Peru. Os cientistas analisaram a diversidade do genoma de 6.267 indivíduos de 25 populações.

Onze delas foram africanas: mandingas, do Senegal; mendes, de Serra Leoa; iorubás e igbos, da Nigéria; kwas e gurs, consideradas uma só, de Gana; herero, mbukushu e tswana, de Botswana; sandawe, da Tanzânia; nilotas, de Uganda; e luhya do Quênia.

Nove foram populações miscigenadas das Américas: afro-americanos de dois locais dos Estados Unidos; de Salvador, Bambuí (MG) e Pelotas (RS); da costa central e norte do Peru; de Medellín, na Colômbia; e de Barbados e Porto Rico, no Caribe.

Também foram analisadas duas populações europeias (espanhóis e norte-americanos de Utah de ascendência europeia) e três nativas americanas (aimará, ashaninca e shimaas, todas do Peru).

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Escravidão ficou marcada no DNA dos povos americanos, diz estudo liderado por cientistas brasileiros

Pesquisa revelou que tráfico de escravos foi tão massivo e durou tanto tempo que os 9 milhões de escravos trazidos à força da África trouxeram toda sua diversidade genética para os povos das Américas

Durante mais de três séculos, entre 1503 a 1870, nove milhões de pessoas foram arrancadas de suas casas e aldeias em diversos locais no continente africano e transportadas contra a vontade para as Américas para trabalharem como escravas nas lavouras e cidades do Novo Mundo.

A diáspora forçada foi tão grande que não está gravada apenas na história, mas também no genoma das populações atuais das Américas.

Um estudo internacional, liderado por pesquisadores do Brasil, revelou a influência da escravidão na genética das populações do continente americano.

Segundo o biólogo Eduardo Tarazona Santos, líder do estudo e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o objetivo foi responder a três questões:

Existe uma correspondência entre a origem geográfica de diferentes regiões da África e determinados destinos da diáspora nas Américas?

A miscigenação biológica acompanhou a dinâmica da chegada dos escravizados? Considerando a dimensão da diáspora, os africanos trouxeram para o Novo Mundo toda sua diversidade genética?

Os dados analisados, diz o pesquisador, mostraram que a resposta é "sim" para as três questões.

Segundo Santos, há uma certa "organização das ancestralidades": as regiões mais ao oeste da África tiveram maior proporção de pessoas levadas para o Caribe e para América do Norte, enquanto povos do sul e leste da África foram mais escravizados no sul do Brasil.

Comparação de dados genéticos

Em geral, as pessoas escravizadas levadas para a América tiveram origem predominantemente em países como Nigéria e Gana, no centro-oeste do continente.

Em direção ao norte do Novo Mundo, no Caribe e América do Norte, aumentou o tráfico de pessoas de países como Senegal e Gambia, mais a oeste. E para o sul do Brasil vieram povos bantu do sul e leste da África.

Para responder à segunda pergunta — se a miscigenação biológica acompanhou a dinâmica da chegada dos escravos — os cientistas compararam os dados genéticos das populações com informações de fontes históricas sobre o número de embarques e desembarques da África nas Américas durante a diáspora.

"Essa comparação revelou que o período crítico entre 1750 e 1850, quando houve picos na chegada de escravos, foi acompanhado de uma intensificação da miscigenação em todo o continente americano", explica Santos.

O biólogo conta que, quando se usa unicamente dados genéticos de populações miscigenadas do Novo Mundo, é possível verificar que a miscigenação data de entre 1750 a 1850.

"Interpretamos isso como um indício de que o período de maior miscigenação das Américas coincidiu com o de maior chegada dos escravos", explica Santos.

"Ou seja, é como se eles e seus descendentes tivessem chegado e quase imediatamente se miscigenado, pelo menos em termos estatísticos."

No caso da terceira questão — se os africanos trouxeram para o Novo Mundo toda sua diversidade genética — os pesquisadores notaram, pela primeira vez, que a diáspora para as Américas foi tão grande e duradoura, que os escravizados trouxeram toda a diversidade do seu continente de origem, que hoje está presente na componente africana dos nossos genomas miscigenados.

"Em contrapartida, nos últimos 500 anos, nós aqui nos misturamos mais que do que lá e a parte africana do nosso genoma ficou mais homogênea entre as populações daqui", diz Santos. "Um brasileiro do sul e um afro-americano são geneticamente mais similares que um moçambicano e um nigeriano, por exemplo."

Relevância médica

Além de possibilitar que se entenda melhor a ancestralidade dos povos americanos, os resultados têm relevância médica, diz Santos, pois significam que os componentes genéticos responsáveis por doenças estão mais homogeneamente distribuídos entre os diferentes povos daqui.

Santos explica que a aplicação dos avanços da medicina genômica e de precisão para as diferentes populações só será possível se for compreendido como estão distribuídas as variações do DNA no mundo.

Hoje, sabemos bastante sobre os europeus e as doenças genéticas presentes nos genomas herdados da Europa, e muito pouco sobre outros povos, como os da África.

"Por isso, nós concebemos nosso estudo pensando mais na componente africana das populações das Américas", conta. "Nosso trabalho contribui para compreender melhor a diversidade genética africana e como estão distribuídas as variantes vindas de lá nas Américas. Os diversos povos não-europeus no mundo poderão se beneficiar da medicina genômica unicamente se conhecermos como são do ponto de vista genético."

Segundo ele, o fato de ter descoberto que a diáspora, por ser tão grande, importou a maior parte da diversidade genética africana para as Américas, implica que a maioria das variantes de lá (algumas delas que causam ou contribuem para o desenvolvimento de doenças) estão também presentes no Novo Mundo.

"Por outra parte, a miscigenação entre indivíduos de diferentes origens africanas tem espalhado mutações genéticas que na África estão mais localizadas geograficamente ao longo de boa parte do continente americano", diz Santos.

Essa descoberta é importante para compreender a distribuição do DNA de origem africana e de variantes genéticas que causam doenças como fibrose cística e tipos de câncer hereditários, como o de mama.

"Os novos métodos de diagnóstico molecular para detectar estas variantes genéticas têm que considerar este fato. E assumir que uma variante localizada em algum lugar da África pode estar dispersa por boa parte do continente americano", diz Santos.

Como foi feito o estudo

O artigo científico "Impacto da Diáspora Africana na Genética das Populações das Américas", assinado por 37 pesquisadores de 18 instituições foi publicado nesta terça (3) na revista científica Molecular Biology and Evolution (Biologia Molecular e Evolução).

O estudo começou durante o período de doutorado sanduíche do pesquisador brasileiro Mateus Gouveia no Instituto Nacional de Saúde dos EUA, financiado pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

"Durante este período, eu e o professor Santos fizemos várias colaborações científicas com diferentes laboratórios daquele país, sendo possível obter um grande acervo de dados genômicos de africanos para serem incluídas na pesquisa", conta. Ou seja, não houve coleta direta de DNA de pessoas das populações estudadas.

A pesquisa foi realizada durante três anos por várias instituições do Brasil, Estados Unidos, Portugal e Peru. Os cientistas analisaram a diversidade do genoma de 6.267 indivíduos de 25 populações.

Onze delas foram africanas: mandingas, do Senegal; mendes, de Serra Leoa; iorubás e igbos, da Nigéria; kwas e gurs, consideradas uma só, de Gana; herero, mbukushu e tswana, de Botswana; sandawe, da Tanzânia; nilotas, de Uganda; e luhya do Quênia.

Nove foram populações miscigenadas das Américas: afro-americanos de dois locais dos Estados Unidos; de Salvador, Bambuí (MG) e Pelotas (RS); da costa central e norte do Peru; de Medellín, na Colômbia; e de Barbados e Porto Rico, no Caribe.

Também foram analisadas duas populações europeias (espanhóis e norte-americanos de Utah de ascendência europeia) e três nativas americanas (aimará, ashaninca e shimaas, todas do Peru).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadores da UFRN desenvolvem lente de contato que libera medicamento no olho

Equipe acredita que o novo produto poderá evitar agravamento de deficiências visuais.

Um grupo de pesquisadores do Departamento de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desenvolveu uma lente de contato capaz de liberar medicamentos como antibióticos, antifúngicos e anestésicos diretamente sobre a córnea (parte externa do olho).

“Essas lentes de contato podem ser usadas no tratamento de diversas doenças oculares, tais como conjuntivite, glaucoma e ceratite fúngica. O que define é a medicação incorporada à lente de contato oftálmica”, explicou a pesquisadora Fábiana Julliana Jorge de Souza.

Denominado “Lentes de Contato Oftálmicas Terapêuticas Produzidas com Hidrogéis para Veiculação de Fármacos”, o estudo rendeu um pedido de depósito de patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Além de Fábiana, a equipe desenvolvedora da lente de contato oftálmica contou com Eryvaldo Sócrates Tabosa do Egito; Francisco Alexandrino Júnior; Éverton do Nascimento Alencar; Lucas Amaral Machado; e Joerbson Medeiros de Paula.

Lente promete melhorar tratamento de doenças oculares

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 80% das causas de deficiência visual no mundo são evitáveis ou curáveis e cerca de 285 milhões de pessoas no mundo todo apresentam alguma deficiência visual. Por outro lado, cerca de 90% dos medicamentos comercialmente disponíveis para uso oftálmico estão na forma de colírio e estima-se que apenas de 1 a 5% da dose administrada seja absorvida.

De acordo com os pesquisadores, os tratamentos com colírio têm adesão baixa. “Estudos mostram que até metade dos pacientes não pingam as gotas nos olhos nos horários indicados, principalmente devido à dificuldade da operação ou por não ter alguém em casa para aplicar. Um estudo publicado no Journal of Glaucoma revelou este dado: nove em cada dez pacientes com glaucoma não foram capazes de administrar corretamente o colírio. O uso incorreto do medicamento é responsável por agravar a doença em 65% dos pacientes”, explicou a equipe.

Para o grupo de pesquisadores, o início do processo de patenteamento abre a possibilidade de um produto desenvolvido no Laboratório de Sistemas Dispersos

(LaSiD) da UFRN desencadear uma colaboração com indústrias farmacêuticas interessadas na utilização da lente e assim proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que sofrem com doenças oculares.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escolas da região de Patos devem adotar medidas para alunos com dificuldade de aprendizado

Outra recomendação foi que escolas públicas não expulsem ou transfiram estudantes como sanção disciplinar.

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) publicou um documento recomendando que a 6ª Gerência Regional de Ensino da Secretaria de Estado de Educação da Paraíba adote medidas de inclusão para alunos com dificuldades de aprendizado ou alguma necessidade especial. O prazo para o Estado se manifestar e comprovar as medidas tomadas é de vinte dias. A recomendação foi publicada no Diário Oficial do MPPB divulgado nesta terça-feira (3).

As cidades que compõem a 6ª Gerência são Patos, Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueiro, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'água, Malta, Matureia, Passagem, Quixabá, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira e Várzea.

O G1 entrou em contato com a assessoria de comunicação da secretaria de educação do estado e aguarda um posicionamento.

Entre as recomendações estão a determinação de uma atuação conjunta entre as secretaria de educação e de saúde, de modo que os alunos que apresentem algum indício de dificuldade de aprendizado. Além disso, mantenham cuidadores em sala de aula para os alunos portadores de necessidades especiais.

Além disso, será preciso manter cuidadores em sala de aula para os alunos com necessidades especiais de aprendizado. Tendo isso em vista, a recomendação é dar preferência por meio de concurso ou processo seletivo para os mesmos profissionais cuidadores que já acompanham os alunos especiais. A formação dos profissionais deverá ser continuada.

MPPB recomenda que escolas públicas não expulsem ou transfiram estudantes como sanção disciplinar

O Ministério Público da Paraíba emitiu uma recomendação para que escolas públicas de Patos, no Sertão da Paraíba, não expulsem ou transfiram estudantes como sanção disciplinar. A recomendação foi publicada no Diário Oficial do MPPB divulgado nesta terça-feira (3).

Na publicação, a recomendação considera o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola que está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como também, que as medidas disciplinares devem ter caráter educativo/pedagógico, não sendo apenas o autoritário/punitivo, e que na aplicação das sanções disciplinares deve ser observado o princípio da proporcionalidade.

Ainda na recomendação, o MPPB deu prazo de 30 dias para que haja adequação do Regimento Escolar às medidas recomendadas no documento. Caso essas recomendações não sejam adotadas, o Ministério Público adotará as medidas judiciais cabíveis para assegurar o seu cumprimento.

Na publicação, a 2ª Promotora de Justiça da Promotoria Cumulativa de Patos, Lívia Vilanova Cabral, determinou que fossem encaminhadas cópias da recomendação para publicidade e cumprimento à 6ª Gerência Regional de Ensino da Secretaria de Estado de Educação da Paraíba e às Secretarias Municipais de Educação dos municípios.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadores de Sorocaba estudam eficácia de diferentes tipos de repelente Segundo os pesquisadores, repelentes sintéticos possuem maior eficácia na durabilidade da proteção.

Uma universidade em Sorocaba (SP) realizou uma pesquisa sobre a eficácia de diferentes tipos de repelente. À TV TEM, as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa esclareceram algumas dúvidas.

Segundo a professora do curso de farmácia e coordenadora da pesquisa, Cristiane Mota, em geral, todos os repelentes possuem eficácia, porém, é importante ficar atento ao tempo de proteção.

"Hoje os repelentes mais comercializados são os sintéticos. eles possuem maior tempo de proteção em relação aos outros. Crianças, gestantes e mulheres que estão amamentando podem utilizar repelentes. eles são seguros."

A professora também explicou que é essencial seguir as orientações disponíveis no rótulo do produto.

"Existem repelentes específicos para cada faixa etária. Na grande maioria das vezes, os repelentes podem ser utilizados em crianças a partir de seis meses", diz.

Repelentes caseiros também são eficazes, ainda segundo Cristiane. Ela conta que a principal diferença é o tempo de proteção.

"Os caseiros são diferentes. Eles são preparados de maneira diferente e possuem tempo de proteção menor, de até aproximadamente duas horas."

A farmacêutica Maria Raquel Fernandes participou da pesquisa e explicou que não é recomendado aplicar o repelente em spray diretamente no rosto.

"É importante aplicar nas mãos primeiro e depois no rosto, evitando a área dos olhos e da boca"

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão do Fundeb cancela votação de relatório

Brasília

A reunião da comissão especial que discute a formatação de um novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), marcada para a manhã desta quarta-feira, 4, foi cancelada.

CLIPPING



Com isso, foi adiada a votação do relatório apresentado pela deputada Professora Dorinha Rezende (DEM-TO). O parecer propõe tornar o Fundeb permanente e ampliar de 10% para 20% a participação da União no Fundo. O aumento seria escalonado, até 2026.

O presidente do colegiado, deputado Bacelar (Podemos-BA), afirmou que o cancelamento da votação se deu por questões meramente regimentais. A análise do relatório havia sido suspensa por um pedido de vista coletivo, em 18 de fevereiro. É necessário um intervalo de duas sessões ordinárias da Câmara para a retomada da discussão, explicou o deputado.

A sessão da Câmara prevista para terça-feira, 3, quando os vetos ao orçamento impositivo concentraram o tempo e a atenção do Congresso, acabou não ocorrendo. A expectativa é de que uma nova reunião seja convocada para a próxima terça, dia 10.

